

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

LIVIA FIORILLO NUNES

**O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E O DESENVOLVIMENTO
GEOGRÁFICO DESIGUAL NO DISTRITO FLORIANO EM MARINGÁ - PR**

**MARINGÁ - PR
2020**

**O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E O DESENVOLVIMENTO
GEOGRÁFICO DESIGUAL NO DISTRITO FLORIANO EM MARINGÁ - PR**

Dissertação de mestrado apresentado como requisito final para a obtenção do título de mestre em Geografia, do Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Maringá.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz de Paula Santil

MARINGÁ - PR

2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

N972p

Nunes, Livia Fiorillo

O programa minha casa minha vida e o desenvolvimento geográfico desigual no distrito Floriano em Maringá - PR / Livia Fiorillo Nunes. -- Maringá, PR, 2020.
91 f.: il. color., figs., maps.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz de Paula Santil.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2020.

1. Geografia urbana - Distrito Floriano (PR). 2. Programa Minha Casa Minha Vida - Distrito Floriano (PR). 3. Habitação - Desigualdade . 4. Segregação socioespacial. I. Santil, Fernando Luiz de Paula , orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

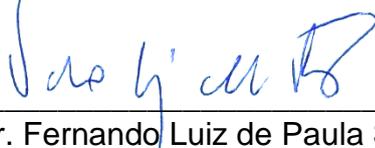
CDD 23.ed. 918.162

O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA E O DESENVOLVIMENTO
GEOGRÁFICO DESIGUAL NO DISTRITO DE FLORIANO EM MARINGÁ

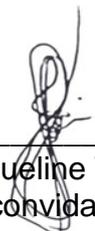
Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa: Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais

Aprovada em **20 de março de 2020**.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Fernando Luiz de Paula Santil
Orientador - UEM



Profª. Drª. Jaqueline Telma Vercezi
Membro convidado – UEL



Prof. Dr. Ricardo Luiz Töws
Membro convidado – IFPR

Dedicatória

Dedico este trabalho aos (as) moradores (as), que me concederam entrevistas para que essa pesquisa acontecesse. A todos os moradores que conquistaram através de muita garra e luta as habitações de interesse social aqui estudadas. E por fim, mas não menos importante, a todas as pessoas que diariamente agarram-se nesta luta com grande esperança por uma moradia digna, com acesso a todos os serviços públicos essenciais. Este é um direito humano que não deve ser violado e/ou esquecido jamais. A todos vocês, eu os dedico.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, primeiramente, a Deus, pela força e superação de quaisquer dificuldades enfrentadas durante toda minha vida acadêmica.

Aos meus pais Adão e Ana Paula, minha base, e a toda minha família que, com muito carinho, não mediram esforços para que eu concluísse mais esta etapa. Sou eternamente grata a vocês.

Ao meu querido orientador professor Fernando Santil pela paciência e oportunidade de me orientar durante esses dois anos de caminhada.

A Universidade Estadual de Maringá, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, seus docentes e secretárias por me ajudarem a enfrentar novas experiências que enriqueceram meu conhecimento profissional e pessoal.

A CAPES, pelo apoio financeiro fornecido para a realização desse trabalho.

Aos (as) moradores (as) que fizeram essa pesquisa acontecer viabilizando e participando das entrevistas.

Aos amigos que me apoiaram e participaram direta ou indiretamente da minha trajetória durante essa árdua jornada, porém, necessária para o meu florescimento.

Muito obrigado a todos de coração!

“Nessa nova imagem urbana colidem o público e o privado, prevalecendo o segundo sobre o primeiro, na medida em que, agora, os espaços coletivos urbanos – praças, avenidas, ruas, galerias, lojas, pavilhões – cedem lugar à habitação como espaço urbano da intimidade, espaço vedado, seguramente protegido por portões, grandes, muros múltiplos signos de vedação, o mundo da solidão, a casa como lugar onde nos escondemos.

(Lucrécia D’Alessio Ferrara. Olhar Periférico. p.222, 1999).

RESUMO

Esta pesquisa apresenta considerações sobre as habitações sociais no processo de produção do espaço urbano brasileiro. O estudo gira em torno do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida e suas complexidades. O Programa que em 2019 completou 10 (dez) anos de existência foi de extrema importância na diminuição dos dados de déficit habitacional brasileiro, mas que também teve seu foco principal na estratégia econômica dos agentes imobiliários. Ao promover grandes reassentamentos populacionais e novas formações socioespaciais, no caso das metrópoles e algumas cidades médias brasileiras, os sujeitos ficam submetidos a um processo de segregação socioespacial. É o que acontece no município de Maringá no Estado do Paraná e principalmente em seus Distritos – Floriano e Iguatemi. Apesar do programa habitacional fornecer acesso à moradia, os indivíduos acabam enfraquecidos socialmente e territorialmente, pois o direito à cidade não acompanha o benefício. Na medida em que os indivíduos são direcionados para residir em áreas afastadas dos grandes centros, acabam tendo atribuições em seu cotidiano no acesso à cidade. Nesse sentido, a presente pesquisa busca entender a questão imaterial existente, a partir de entrevistas, para compreender como os indivíduos enxergam o lugar que vivem juntamente com relações afetivas criadas e dotadas de significado nesses espaços.

Palavras-chave: Segregação Socioespacial; Programa Minha Casa, Minha Vida; Lugar; Maringá.

ABSTRACT

This article presents some considerations on the relations of the social housing in the production process of the Brazilian urbane space. The study revolves around the Program Housing My House, My life and its complexities. The Program, which in 2019 completed 10 (ten) years of existence, was extremely important in reducing the Brazilian housing deficit data, but which also had its main focus on the economic strategy of real estate agents. By promoting large population resettlements configuring new socio-spatial formations, in the case of metropolises and some medium-sized Brazilian cities, the subjects are subjected to a process of socio-spatial segregation. This is what happens in the municipality of Maringá in the state of Paraná and mainly in its districts - Floriano and Iguatemi. Despite the housing program providing access to housing, individuals end up weakened socially and territorially, as the right to the city does not accompany the benefit. To the extent that individuals are directed to live in areas far from large centers, they end up having tribulations in their daily lives when accessing the city. In this sense, the present research seeks to understand the existing immaterial question, from interviews, to understand how individuals see the place they live together with affective relationships created and endowed with meaning in these spaces.

Keywords: Segregation Socio-spatial; Program My House, My life; Place; Maringá.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)
BNH (Banco Nacional de Habitação)
CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil)
CMNP (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná)
CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)
CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social)
DATASUS (Departamento de Informática do SUS)
FCP (Fundação da Casa Popular)
GEPAG (Grupo de Estudos e Pesquisas Sociedade, Ambiente e Geotecnologias)
IAPs (Institutos de Aposentadoria e Pensões)
MCMV (Minha Casa, Minha Vida)
MOPS (Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania)
MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto)
PlanHab (Plano Nacional de Habitação)
PLHIS (Plano Local de Habitação de Interesse Social)
PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida)
PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural)
PNHU (Programa Nacional da Habitação Urbana)
SFH (Sistema Financeiro de Habitação)
SFI (Sistema de Financiamento Imobiliário)
UBS (Unidades Básicas de Saúde)
ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social)
NOB-SUAS (Norma Operacional Básica)
SEPLAN (Secretaria do Planejamento e Orçamento)
AMUSEP (Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense)
CODAPAR (Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná)
UEM (Universidade Estadual de Maringá)
SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização de Maringá e seus distritos.....	39
Figura 2: Conjuntos implantados pela Caixa com o Programa Minha Casa Minha Vida no município de Maringá/PR.....	47
Figura 3: Moradias construídas pelo PMCMV em Floriano.....	51
Figura 4: O distrito de Floriano/PR, 2019.....	54
Figura 5: Placa da obra “Meu campinho”.....	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Brasil: Índice de Gini (1960 a 2010)	29
Gráfico 2: Gráfico da evolução populacional de Maringá.....	41
Gráfico 3: Gêneros dos entrevistados.....	56
Gráfico 4: Porcentagem dos entrevistados que trabalham e não trabalham.....	57
Gráfico 5: Entrevistados que tem ou não filhos morando na residência.....	58
Gráfico 6: Moradores que sentem ou não falta do antigo bairro.....	60
Gráfico 7: Moradores que ainda frequentam ou não o antigo bairro.....	61
Gráfico 8: Lugares que mais frequentam.....	63
Gráfico 9: Com que frequência?.....	64
Gráfico 10: Em sua opinião, o que faz falta no dia a dia dos moradores?.....	65
Gráfico 11: O antigo bairro era mais bem servido de infraestrutura pública e comércio?.....	67
Gráfico 12: Moradores que sentiram diferenças ou não ao se mudarem.....	68
Gráfico 13: A frequência que os moradores conversam com os vizinhos.....	69
Gráfico 14: Onde ocorre a conversa com os vizinhos.....	70
Gráfico 15: Moradores que mantem contato com amigos e familiares do bairro antigo.....	71
Gráfico 16: Meios através dos quais os moradores mantem contatos com os amigos e familiares.....	72
Gráfico 17: Onde as pessoas morariam se pudessem escolher.....	73
Gráfico 18: Desvantagens percebida pelos moradores.....	74
Gráfico 19: Qualidades observadas pelos moradores nos conjuntos.....	76
Gráfico 20: Pessoas que fizeram ou não reforma na moradia.....	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO SÉCULO XIX	19
1.1 NOÇÕES PRÉVIAS DE JUSTIÇA ESPACIAL NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	21
1.2 BENS COMUNS URBANOS: ELEMENTOS PARA PENSAR A DESIGUALDADE TERRITORIAL URBANA.....	22
1.3 A DIMENSÃO IMATERIAL E SEU ESPAÇO DOTADO DE SIGNIFICADO	26
1.4 AS POLÍTICAS SOCIAIS	28
2. OS TRAÇOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE MARINGÁ	39
2.1 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE MARINGÁ: AGENTES TRANSFORMADORES	41
2.2 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM MARINGÁ.....	44
2.3 A ESPACIALIDADE DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS EM MARINGÁ.....	46
2.4 ANÁLISES SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS EM MARINGÁ.....	49
3. A PERCEPÇÃO URBANA NO MUNICÍPIO DE FLORIANO	51
CONCLUSÃO	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
ANEXO I.....	87
ANEXO II.....	89

INTRODUÇÃO

Entender as inúmeras desigualdades que se expressam por todo território brasileiro vai além de fenômenos que se dão pontualmente. É necessário analisar um acúmulo de multiplicidades e determinações que advém principalmente dos interesses de mercado.

O geógrafo Milton Santos já dizia que o lugar é que é o real (SANTOS, 2008). Nesses termos, é o lugar que dá concretude à potência do mundo; ele é o próprio mundo manifesto em um lugar como um conjunto de relações (SILVEIRA, 1999). Assim, num mundo de economia globalizada, com alta mobilidade do capital, especialmente do capital financeiro e especulativo (STIEGLITZ, 2016), a rentabilidade tornada possível por empreendimentos imobiliários nas cidades médias conhecem contornos e dinâmicas que não se circunscrevem aos limites político-administrativos locais.

A complexidade do mundo atual, dada por um conjunto de relações entre instâncias da sociedade e escalas, exige, para a compreensão dos problemas urbanos o desenho de estratégias que possam superar tais problemas, como o caso da dimensão espacial. Essa dimensão, muitas vezes esquecida no planejamento municipal e/ou ainda adaptado de um outro plano diretor de cidades que apresentam dinâmicas distintas no processo de gestão. Essa carência na elaboração e preparação dos espaços, acaba acarretando na produção de moradias desconectadas da vida urbana e espacialmente segregadas. A presente proposta de pesquisa portanto, toma essa compreensão como pressuposto para avançar na discussão da segregação socioespacial gerada por programas habitacionais.

De acordo com Milton Santos, o processo de urbanização brasileira produziu cidades com uma estrutura desigual e fragmentada (2012) e em “Metrópoles corporativas fragmentadas” (2009), expõem como nossas cidades foram se constituindo e qual é a lógica de seu funcionamento. O êxodo rural e o crescimento natural das cidades, aliado a um urbanismo segregador, levaram os pobres a ter como única opção as áreas mais afastadas do centro urbano, desprovidas de infraestrutura básica e distante dos locais de trabalho e centros de comércio.

Condicionados pelos baixos rendimentos, bem como pela ausência de renda, os pobres são levados a morar em lugares mal dotados do ponto de vista territorial

(SANTOS, 2007). Esse é um paradigma das cidades capitalistas que geram a segregação da moradia vinculada às condições de renda dos indivíduos, o que reflete uma sociedade segmentada e desigual. E complementa o autor: na cidade capitalista “cada homem vale pelo lugar onde está” (2007, p. 107).

Na avaliação das dinâmicas urbanas, as famílias alvo das políticas de habitação popular são deslocadas de seus espaços constituídos para outros muitas vezes mais precários, afastados dos centros urbanos, sem referências simbólicas e afetivas; o resultado parece provocar um fortalecimento das desigualdades territoriais, da segregação socioespacial e da fragilização dos laços de solidariedade.

É o caso, por exemplo, do Programa Minha Casa, Minha Vida que busca simplificar o acesso à casa própria para famílias de baixa renda. Mas à medida que o Programa fornece a moradia, acaba criando obstáculos para efetivar o direito à cidade.

Há elementos importantes que podem ser elaborados e usados para compreender a dinâmica atual do mercado imobiliário nas cidades médias. A presença ou ausência de infraestruturas básicas (públicas e privadas de uso coletivo) denotam a riqueza ou a pobreza do lugar. Por conseguinte, esse contexto territorial condiciona a resiliência dos indivíduos.

A riqueza territorial, que é a produção social, torna-os menos ou mais cidadãos, menos ou mais vulneráveis, menos ou mais pobres, a depender da localização. Na medida em que vivem e trabalham na cidade, todos os cidadãos estão, constantemente, criando valor, produzindo riqueza urbana (afinal, trata-se, a própria cidade, de uma produção coletiva). O trabalhador produz riqueza, mas ao final não pode, plenamente, usufruir dela. Esse processo – produção social da riqueza e sua apropriação seletiva por agentes específicos – pode ser bem compreendido pela ideia de “bem comum urbano” apresentada por David Harvey (2014).

Para compreender as dimensões desse processo, esta pesquisa tem o propósito de contribuir para a discussão das implicações socioespaciais dos programas habitacionais destinados à população de menor renda. Nesse sentido, o diagnóstico foi realizado na cidade de Maringá, no Estado do Paraná, buscando compreender a produção do espaço urbano sob a lógica do mercado que se realiza com base no processo de troca. O objetivo principal nesta dissertação baseia-se nos impactos do programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida” nos processos de segregação socioespacial. Já o objetivo específico buscou identificar os efeitos

socioespaciais no espaço urbano de Maringá que afetam o Distrito de Floriano.

O modo como a cidade de Maringá foi arquitetada, como uma mercadoria pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), é um mecanismo modelo presente em diversas metrópoles e cidades médias brasileiras, onde prevalece o modo de produção capitalista. Nessa percepção, o planejamento criado para a cidade afasta as populações pobres que não conseguem disputar um lugar nas áreas centrais devido ao elevado custo dos terrenos e são empurradas para as áreas periféricas. Ou até mesmo, para seus Distritos e as cidades vizinhas.

Com a chegada de políticas públicas para reduzir o déficit habitacional no Brasil, como o Programa Minha Casa, Minha Vida, as cidades brasileiras, assim como Maringá, até adotaram as medidas necessárias, mas aparentemente direcionadas de acordo com os interesses imobiliários, resultando no acirramento das desigualdades territoriais, bem como a segregação dos moradores beneficiados. Além da perda material, a subjetividade do indivíduo também se abafa ao precisar desenvolver novamente sua identidade social, pois é retirado do seu espaço vivido de relações concretas como retrata Souza (2013) e realocado para espaços pré-determinados pela prática capitalista.

A ordem social brasileira é condicionada de maneira desigual principalmente quando relacionada à construção do espaço urbano. Isso ocorre desde o processo de industrialização nas metrópoles e cidades médias. Para Pedro Demo (1990), a pobreza apresenta-se como um problema estrutural na sociedade capitalista. Ser pobre não significa apenas não ter, mas sim estar reprimido de ter. Podemos dizer que a pobreza também resulta de processos de discriminação em uma sociedade de privilégios, tal qual à sociedade brasileira.

Do ponto de vista espacial, a pobreza se expressa na cidade sob formas agudas de segregação, frequentemente promovendo uma localização forçada dos pobres em áreas precariamente estruturadas do ponto de vista dos serviços públicos. Para Galvão (2010), “a segregação socioespacial propicia o isolamento entre as populações de alto e baixo poder aquisitivo, não somente no ato de morar, mas em todas as esferas da convivência (nem sempre) pública da cidade.” (Galvão, 2010, p.193).

Assim sendo, o problema da pesquisa aqui proposto decorre de outro estudo realizado no trabalho de conclusão de curso. Os resultados obtidos sobre a inclusão/exclusão social da cidade de Maringá/PR levantaram novas questões e abriu

possibilidades para novas pesquisas. Foi examinado que há uma tendência à homogeneização das diversas áreas que compõem a cidade, em relação ao seu conteúdo social. Em outros termos, as condições mais precárias de vida sinalizaram para uma tendência de concentração em determinadas áreas, evidenciando um aprofundamento da segregação socioespacial, fenômeno tão característico das cidades brasileiras.

Muitos estudos já apresentam os motivos e as formas que essa segregação se expressa nas cidades. Mas, não mostram como o indivíduo se encontra nesse processo. Ou seja, o que essa segregação provoca na vida das pessoas e como ela se expressa no seu cotidiano. Assim, a pesquisa visa entender o espaço urbano de Maringá e a dinâmica que molda as condições de vida de determinados habitantes.

Segregação essa que se apresenta na cidade em diferentes níveis espaciais. Para Galvão (2010) isso ocorre pelo acesso à serviços e equipamentos, habitação estar distribuídos de forma desigual. Assim, para população de baixa renda as áreas que apresentam carências de escolas, comércio, transporte entre outros serviços.

A hipótese é de que a constituição dos programas habitacionais, particularmente o “Minha Casa, Minha Vida”, provocou essa homogeneização em certos setores da cidade, principalmente em seus distritos. Uma maior desigualdade entre os espaços, ampliando a segregação socioespacial, pois os espaços destinados para receber esse tipo de política pública não são devidamente preparados com equipamentos básicos como UBS, escolas, transporte público, entre outros porque prevalece a ideia de subsidiar a ação do capital – seu lucro – atuando como agente do financiamento pelo Estado, mas o capital privado assumindo o seu valor no processo de investimento de capitais e reconstruindo as cidades, sem a percepção da natureza de sua construção e a si mesmo (HARVEY, 2014).

Para tanto, essa dissertação está elencada, em seu primeiro capítulo aos conceitos de segregação socioespacial, desigualdade territorial, justiça espacial e lugar, apresentados no referencial teórico. A análise da pesquisa também gira em torno do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida que em 2019 completou 10 anos de existência. Uma política pública que atua na redução do déficit habitacional brasileiro, mas que também teve seu foco principal como estratégia econômica, após a crise imobiliária de 2008 nos Estados Unidos.

No segundo momento, foi necessário o levantamento de dados, na forma de banco de dados ou mesmo de publicações recentes versando sobre um dos maiores

programas habitacionais já criados, para capturar quais são os principais impactos que tal política vem provocando na estruturação das cidades médias como é o caso de Maringá. Nesse sentido, o capítulo dois buscou analisar a dinâmica habitacional do município bem como a questão do alto valor no terreno e os grandes agentes modelam o espaço urbano maringaense.

Na medida em que os programas habitacionais facilitam o acesso à moradia, as populações são deslocadas para áreas mais distantes do centro urbano onde se concentra a maior parte dos serviços e infraestruturas, para áreas nas quais o custo da terra urbana é menor e, por consequência, há ainda ausência de uma grande parte de serviços e infraestruturas necessárias à vida cotidiana.

Sendo assim, para capturar a dimensão imaterial, estreitamente ligada ao conceito de lugar foi necessário entender como o indivíduo enxerga o lugar. Para isso, no terceiro capítulo, foi selecionado o Distrito de Floriano que contempla três dos conjuntos habitacionais existentes em Maringá, referentes ao Programa Minha Casa Minha Vida, para a realização de um trabalho de campo. Esses conjuntos foram escolhidos pois estão edificados no mesmo distrito, em anos diferentes, mas que acabaram sendo configurados como bairros, pela maneira de como ocorreu sua distribuição espacial.

Na questão empírica, foi desenvolvido um questionário que procura compreender o sentido de lugar, bem como seu vínculo afetivo, tal qual estabelecidos por SOUZA (2013) e TUAN (2013). Para esta etapa foi utilizado entrevistas que possuem caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, quantitativa e recorte transversal. As entrevistas foram semiestruturadas (questionário), com questões são abertas, entretanto algumas apresentam alternativas para facilitar o diálogo com o entrevistado.

Com a autorização dos participantes, foram realizadas em domicílio, em dias e horários possíveis para a pesquisadora. Para Alves e Silva (1992) a análise qualitativa de dados se diferencia por ser um método indutivo que tem como foco a vida cotidiana dos sujeitos, fundamentada nas presunções da chamada pesquisa qualitativa. A metodologia escolhida para essa pesquisa vai se basear na análise de conteúdo, que segundo Olabuenaga e Ispizúa (1989), consiste numa técnica para ler e interpretar o conteúdo de todas as classes de documentos. Serve, portanto, para analisar devidamente o que se busca, além de estabelecer medidas que levem a informações de questões e fatos da vida social de um outro modo. Isso ocorreu até as entrevistas

atingirem o conceito de saturação (MASON, 2010), segundo o qual as opiniões dos entrevistados começaram a se repetir e a amostra chegou ao nível de saturação, ou seja, o pesquisador observa que as respostas já estão ecoando as mesmas respondidas pelos entrevistados anteriores. Nesse sentido, obteve-se doze entrevistas.

O questionário foi composto por 21 questões abertas e o entrevistado ficou livre para relatar sua percepção do local onde vive, suas relações com os outros moradores, bem como enxerga sua *lugariedade* existente no seu atual lugar e também em relação ao seu antigo bairro.

Esses procedimentos apontam um caminho para avaliar os impactos dos programas habitacionais, especialmente o Programa Minha Casa Minha Vida, nos processos de segregação socioespacial e de acirramento das desigualdades territoriais. Os parâmetros estudados foram desenvolvidos pelos conceitos apresentados no referencial teórico juntamente com a análise e resultados do Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida na produção do espaço urbano de Maringá. A pesquisa busca capturar as dimensões tanto materiais quanto imateriais dos grupos que são contemplados com essa política de habitação.

1. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO SÉCULO XIX

A urbanização mundial é um fenômeno protagonista da dinâmica desenvolvida pelo sistema capitalista, marcada principalmente pela Revolução Industrial, que gerou uma crescente transformação urbana, ocorrida em meados do século XIX. O geógrafo Milton Santos destacou em seu livro “O Manual de Geografia Urbana” (2012) que em 1800, 27,4 milhões de pessoas encontravam-se em cidades com mais de cinco mil habitantes. Já em 1900 esse número chega em 218,7 milhões, e em 1950 chegou a 716,7 milhões, além, de também haver um grande aumento populacional em cidades entre vinte e cem mil habitantes. Mas esse crescimento apresenta contrastes em diferentes partes do mundo. Os crescimentos mais elevados foram encontrados nos continentes africano e americano, mais precisamente na América Latina. Santos (2012) aponta que na América do Sul, a partir de 1950, esse crescimento foi de 31% até a década de 1960.

A análise das estatísticas permite verificar que o recente dinamismo demográfico nos países subdesenvolvidos conduz a uma nova distribuição da população mundial. Nessa situação de crescimento diferencial, os países economicamente menos desenvolvidos aparecem, em 1960, com uma porcentagem da população mundial mais alta que em 1920 (SANTOS, 2012, p.15).

Esse período foi importante para a aceleração do crescimento econômico, pois nos países com industrialização tardia, a queda da mortalidade atrelada ao aumento da taxa de natalidade marcou um processo urbano desairado. Portanto, a urbanização desses países ocorreu de forma desordenada e recente se comparada a todo o contexto político e econômico dos países com uma industrialização mais consolidada e, por isso, são dinâmicas discrepantes, sendo necessárias análises específicas para cada tipo de urbanização.

Os países latinos já apresentavam uma certa urbanização antes da Segunda Guerra Mundial, mas ainda assim se fizeram/fazem contidos à uma dinâmica desigual. Um primeiro ponto a ser destacado é o êxodo rural presente nos mesmos países. Esse movimento migratório surgiu para o indivíduo como a oportunidade de melhorar sua condição de vida indo para a cidade.

O êxodo rural é um fenômeno complexo nos países subdesenvolvidos. Trata-se de forte contingente migratório que, favorecido pelo desenvolvimento da rede viária, dirige-se para as cidades e acaba sendo instrumental, em grande parte, do crescimento urbano (SANTOS, 2012, p. 24).

Conforme os investimentos eram direcionados cada vez mais para à indústria, os preços de certos produtos agrícolas caíram, trazendo consigo a queda na produção. Dessa maneira, os problemas econômicos de forma geral, acarretaram nos principais fatores do alto êxodo rural. Santos (2012) também coloca como consequência dessa nova dinâmica econômicas causas dessa repulsão da área rural no aperfeiçoamento das técnicas para o campo, que acabaram redirecionando a estima da mão de obra antes indispensável.

Mas além da migração desse indivíduo para a cidade, à condição de emprego para o mesmo nem sempre ocorria de maneira fácil e bem remunerada. Santos (2012) aponta uma diferença entre o migrante que vem do campo e o imigrante que já vinha com um conhecimento técnico adquirido. Esse indivíduo que vem de países industriais exibe um elevado nível de qualificação e, por isso, obtém um salário mais favorável que o indivíduo que sai da zona rural, sem o mínimo de formação definida. E, portanto, não consegue um trabalho fixo que forneça uma condição de vida digna, restando assim procurar moradias em áreas precárias da cidade onde o custo é menor.

A grande maioria da população urbana tem o mais baixo nível de vida, enquanto um número reduzido de pessoas tem altas rendas. Em muitos países as camadas mais baixas correspondem, geralmente, à população formada de todos os migrantes vindos do campo e sem nenhuma qualificação para trabalhos na cidade. A maior parte dos pobres não recebe salário fixo, vivendo de atividades inseguras, ocasionais, transitórias, mal pagas. Entre eles, o desemprego, mascarado ou não, é uma constante. Nos países de urbanização recente, sobretudo estrangeiros estão ocupando os postos mais importantes e mais bem pagos no comércio e na indústria, assim como nas demais profissões, revelando, em relação à classe precedente, uma enorme diferença de salários (SANTOS, 2012, p. 52).

Essa ampla contagem de mão de obra ocasionada pelo aumento populacional, estimulou a criação de novas indústrias para atender a demanda de consumo cada vez maior. Isso trouxe maior visibilidade para as cidades e maior poder de ação, ou seja, sua área de influência cresce juntamente com a produção e o comércio criando assim cidades com uma importância regional.

Dentro deste contexto, existe uma diferença entre a dimensão que a cidade acaba tomando em relação a sua acessibilidade e suas feições existentes em um sistema urbano como destaca Harvey (1980). Para este autor, essa acessibilidade está pautada no âmbito de recursos, empregos e serviços de bem-estar gerando um

preço para serem adquiridos. Esse custo, como em qualquer outro fator do sistema capitalista, é desigual entre os grupos se comparado, por exemplo, ao tempo que um indivíduo gasta no transporte público para superar distâncias e ter acesso a certas disposições na cidade que determinados grupos que não precisam se deslocar em horas de condução para chegarem ao trabalho porque residem em áreas mais acessíveis, bem-disposta por equipamentos que contemplam seus direitos básicos como preconizado pela Constituição Federal.

Além disso, outra dificuldade relacionada a esse preço social também envolve a questão emocional e psicológica desenvolvida nesse indivíduo. No seu cotidiano, precisa passar por horas de locomoção para reduzir distâncias e acessar espaços que não se encontram perto de si. Isso gera um desgaste não só físico, mas como também levar a uma questão sentimental, por seu lugar não oferecer aquilo que ele precisa buscar no bairro vizinho, ou até mesmo em outra cidade. Parece evidente que a noção de justiça espacial precisa ser construída na análise geográfica, para ajudar na elaboração de políticas apropriadas do processo social e espacial do sistema urbano.

1.1 NOÇÕES PRÉVIAS DE JUSTIÇA ESPACIAL NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Para Harvey (1980), a justiça necessita ser ponderada de acordo com uma série de princípios que buscam solucionar direitos conflitivos existentes em diferentes escalas. Nesse sentido, “a justiça social é uma aplicação particular de princípios justos e conflitos que surgem da necessidade de cooperação social na busca do desenvolvimento individual” (HARVEY, 1980, p. 82). Dessa forma, o geógrafo busca fundamentar esses princípios com questões geográficas que possam gerar espacialidades justas no sistema urbano.

A organização espacial e o padrão de investimento regional deveriam ser tais que satisfizessem as necessidades da população. Isto requer que primeiro estabeleçamos métodos socialmente justos para determinar e medir necessidades. A diferença entre necessidades e alocações atuais provê-nos de uma avaliação inicial do grau de injustiça territorial num sistema existente (HARVEY, 1980, p. 91).

Aborda-se que a cidade precisa exercer sua função social de maneira que contemple a todos seus cidadãos, conforme o art. 39, do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, alegando que essa função é exercida

quando “[...] o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas [...]” (BRASIL, 2001, p. 32).

Assim, é necessário entender que a justiça espacial leva em consideração as condições para se originar riqueza, bem-estar social em toda sua distribuição. Além de certificar que os espaços possam garantir igualdade no acesso, como também estar a par das necessidades básicas dos indivíduos como alimentação, habitação, serviços de saúde e educação, segurança, serviços sociais, ambientais e o transporte. Necessidades básicas estas explicitas na Constituição Federal em relação aos direitos sociais que devem ser garantidos a todos.

Para que haja justiça espacial, Harvey (1980) afirma ser necessário uma organização social, política e econômica devidamente respeitada e ainda acrescenta que “a estrutura básica é justa para todos quando as vantagens dos mais afortunados promovem o bem-estar dos menos afortunados [...].” (HARVEY, 1980, p. 92). Essa questão social em um sistema difundido nos interesses de pequenos grupos, acaba se tornando mais complexa do que seria, justamente por manipularem a organização espacial influenciando as decisões de acordo com seus negócios.

1.2 BENS COMUNS URBANOS: ELEMENTOS PARA PENSAR A DESIGUALDADE TERRITORIAL URBANA

Para Harvey (2014), a produção da cidade é uma produção comum, mas é condicionada pelo processo de produção capitalista. Em outras palavras, o geógrafo defende que o espaço urbano e suas riquezas são produzidos por todos os seus moradores, mas, especialmente, pelos trabalhadores. São eles que produzem a riqueza necessária à vida nas cidades. Essa riqueza produzida pelos cidadãos é aquilo que Harvey chama de “bens comuns urbanos”. Esses bens comuns são constitutivos das relações sociais urbanas, criados ao longo do tempo, e, portanto, deveriam estar disponíveis a todos. Isso não engloba somente os espaços físicos em si, mas também as afinidades construídas nesses espaços, que podem ser instituídos pelo Estado como também pelos agentes privados.

Os espaços públicos para Harvey (2014) vinculam-se à questão de poder para o Estado, pois conforme a cidade se constitui, vira palco das lutas de classes que se desenvolvem e, muitas vezes, o governo se vê no compromisso de criar mais bens

públicos como na saúde, educação, habitação, ruas asfaltadas, para a classe que gera a riqueza desses espaços, a classe trabalhadora. Também fica necessário que esses grupos se responsabilizem a acompanhar e participar dessas políticas requerendo seus direitos e se apropriarem dessas áreas de forma digna.

A luta para apropriar os espaços e bens públicos urbanos tendo em vista um objetivo comum está em curso. Todavia, para proteger o comum, quase sempre é crucial proteger o fluxo de bens públicos que corroboram as qualidades do comum. À medida que a política neoliberal reduz o financiamento de bens públicos, também provoca a redução do comum disponível, obrigando grupos sociais a buscar outros caminhos para manter o comum (a educação, por exemplo) (HARVEY, 2014, p.144).

Esses bens comuns são de extrema importância à vida de todos os indivíduos, pois através deles é possível gerar relações sociais de uma forma coletiva, ou seja, independente se esse espaço é totalmente de determinado grupo e só parcial do outro, mas sim que se distribui a todos e não um mercado de troca. O que não impede de grupos sociais acabem aproveitando desse uso para gerar lucros com esses comuns, mesmo que de maneira indireta.

O comum, inclusive - e particularmente-, quando não pode ser cercado, pode ser vendido, mesmo não sendo uma mercadoria em si. O ambiente e a atratividade de uma cidade, por exemplo, é um produto coletivo de seus cidadãos, mas é o mercado turístico que capitaliza comercialmente esse comum de modo a extrair rendas de monopólio [...] (HARVEY, 2014, p.146).

Outro exemplo que o autor destaca são os parques urbanos. Conforme esses espaços são criados nas cidades, as áreas onde eles se localizam acabam sendo empreendidas pelos agentes imobiliários que aumentam o preço dos imóveis, afastando assim as pessoas de baixa renda desses locais. Logo, “a criação desse tipo de espaço público diminui radicalmente, em vez de aumentar, a potencialidade de comum canalização de todos - a não ser os muito ricos” (HARVEY, 2014, p. 147).

Nesse sentido, pode-se entender a dinâmica da segregação socioespacial gerada pelos processos de produção capitalista do espaço urbano, principalmente pelos agentes econômicos que conseguem modificar e moldar o mercado beneficiando-se dos espaços públicos criados pelo Estado. Isso remete a uma análise de duas dimensões essenciais: material e imaterial.

A dimensão material faz referência a todo aquele conjunto de objetos concretos, localizados no espaço, que servem de apoio às necessidades da vida cotidiana. Tratam-se, basicamente, dos equipamentos coletivos, podendo ser eles

públicos ou privados. Entre os públicos, podemos citar, essencialmente, aqueles equipamentos que são objetos geográficos destinados a suprir o acesso a direitos garantidos constitucionalmente. São eles, principalmente, hospitais, postos de saúde, universidades, escolas e creches, teatros, praças, quadras destinadas ao esporte, áreas verdes, entre outros. Entre os privados, essenciais às necessidades cotidianas, estão os mercados, quitandas e padarias, basicamente.

A dimensão imaterial diz respeito àqueles aspectos da vida cotidiana dos sujeitos que tornam a vida mais humana e ajudam a tornar as pessoas mais resilientes diante dos desafios e das dificuldades. Assim, as relações de vizinhança, os laços sociais que se constituem ao longo do tempo, as subjetividades construídas entre os sujeitos, bem como o sentimento de pertencimento a um determinado espaço que contém o trabalho de seus moradores, são essenciais a uma vida digna.

São esses espaços compartilhados pelos homens, no seu local de moradia que se constituem em umas das formas de riqueza urbana. Homens e mulheres, ao olhar para o espaço e verem o resultado do seu trabalho, sentem-se corporificados nas formas, o que torna os espaços em lugares menos hostis e mais humanos (Tuan, 1980; 2013).

Quando se estuda os programas habitacionais, o Programa Minha Casa Minha Vida tem a percepção do quão intransigente é essa dinâmica da segregação no espaço urbano, que envolve a produção social da riqueza (os bens comuns), e contínua expropriação, destruição e reconstituição dos lugares. A recorrência dos processos de periferização das populações por meio de programas habitacionais tem levado à negação do direito à cidade (AMORE, 2015), especialmente quando se trata do caráter material e imaterial na produção urbana.

A reprodução do capital passa por processos de urbanização de inúmeras maneiras. Contudo, a urbanização do capital pressupõe a capacidade de o poder de classe capitalista dominar o processo urbano. Isso implica a dominação da classe capitalista não apenas sobre os aparelhos de Estado (em particular, as instâncias do poder estatal que administram e governam as condições sociais e infraestruturais nas estruturas territoriais), como também sobre populações inteiras - seus estilos de vida, sua capacidade de trabalho, seus valores culturais e políticos, suas visões de mundo. Não se chega facilmente a esse nível de controle, se é que se chega. A cidade e o processo urbano que a produz são, portanto, importantes esferas de luta política, social e de classe (HARVEY, 2014, p.133).

Desta forma, a ampliação do processo urbano efetiva-se ao mesmo tempo na transformação do modo de vida, criando cidades fragmentadas, onde o mercado

imobiliário procura constantemente novos nichos de investimento, exercendo práticas como a expulsão e a desapropriação de determinadas áreas de maneira que as camadas populares ficam fadadas à políticas habitacionais as quais se efetuam prioritariamente nas periferias afastadas do centro da cidade e, conseqüentemente, desprovidas de equipamentos e riquezas que os mesmos produziram.

Essa relação entre cultura imobiliária e direito à cidade apresenta-se, segundo Harvey (2014), como direito coletivo mais que um direito individual, já que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre os processos de urbanização. Nesse sentido, o autor enfatiza a grande desigualdade no acesso à cidade, mas que todos estão envolvidos nas transformações urbanas e deveriam assim ter a autonomia para contribuir na construção e reconstrução das cidades, como de si mesmo. O autor ainda aponta uma perda da comunalidade urbana onde os impactos dos interesses da classe capitalista moldam as relações sociais e a vida urbana em geral. De acordo com esse geógrafo:

Grande parte da corrupção que assola a política urbana relaciona-se ao modo como os investimentos públicos são alocados para produzir algo que se assemelhe a comum, mas que promove ganhos em valores patrimoniais privados de proprietários privilegiados de bens imóveis (HARVEY, 2014 p. 154).

É preciso, portanto, reivindicar, principalmente a partir das lutas dos movimentos sociais, essa exploração urbana e econômica gerada pela ação capitalista que comandam os rumos das cidades. Para Harvey (2014), a saída carece de uma reivindicação do controle democrático sobre a produção e o uso do excedente. Esse autor sugere a necessidade de uma ação inicial a partir da ideia dos bens comuns urbanos, pois as cidades detêm de espaços públicos que toleram continuamente as práticas do capitalismo e o seu empreendedorismo urbano gerado principalmente pela busca do monopólio. A questão, nesse sentido, reside em apropriar-se desses espaços por meio da prática social de comunalização desses locais, tornando as praças, ruas e parques em espaços de efetivação da ação social coletiva e política como reivindicação do direito à cidade.

1.3 A DIMENSÃO IMATERIAL E SEU ESPAÇO DOTADO DE SIGNIFICADO

É perceptível que a dimensão material dos bens comuns urbanos pode ser facilmente capturada a partir do tratamento cartográfico de dados de equipamentos coletivos. Entretanto, existe também a outra dimensão que não envolve apenas território e coisas concretas, mas, sim, a parte sentimental daquele espaço urbano dotado de inúmeras relações sociais com significados, que podem ser positivos e/ou negativos e se refere à experiência subjetiva, envolvendo assim um aspecto imaterial.

É necessário um recurso teórico que permita verificar essa dimensão subjetiva que as populações mantêm com os espaços e como isso se revela no seu cotidiano. Para isso, o conceito de lugar, um dos conceitos fundamentais da Geografia, será operacional para essa pesquisa. Inicialmente, destaca-se aqui os traços essenciais descritos por Souza (2013), mas sabendo que há um conjunto de autores que o tratam também, como Tuan (2013) e Santos (2008).

O conceito de lugar, na categoria de análise fundamental da Geografia, se concretizou com maior aceção na corrente humanística a partir da década de 1970. Ainda muito recente se comparado a outros conceitos.

Na Geografia Humanística a fundamentação baseia-se no significado, essencialmente na fenomenologia e no existencialismo. Com foco na escala local, busca-se uma análise do lugar de modo a apresentar suas intersubjetividades vividas por indivíduos, que são experiências cotidianas, fundamentais para compreender os sentimentos presentes e pertencentes aos espaços.

Para Souza (2013), em seu livro “Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial”, o lugar pode ser entendido como sinônimo de “espaço vivido”, dotado de um significado, de uma dimensão simbólica que o indivíduo cria a partir de relações de afetividade com o espaço no qual esse lugar afetivo nos leva a enxergar além da questão física, partindo da questão da interpretação do sentimento adquirido cotidianamente naquele determinado lugar. Para o autor:

No caso do conceito de lugar, não é a dimensão do poder que está em primeiro plano ou que é aquela mais imediatamente perceptível, diferentemente do que se passa com o conceito de território; mas sim a dimensão cultural-simbólica e, a partir daí, as questões envolvendo as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas, por trás da construção de imagens e sentidos dos lugares enquanto espacialidades vividas e percebidas, dotada de significado, marcadas por aquilo que TUAN (1980) chamou de “topofilia” [...] (SOUZA, 2013, p. 115).

Para Tuan (1980), a palavra “topofilia” é um neologismo que compreende em grande escala os diversos laços afetivos existentes entre o ser humano e o meio ambiente material que se prorrogam em intensidade, sutileza e modo de expressão. Isto significa que quando o indivíduo observa o meio ambiente, em primeiro momento ele tem uma visão, por exemplo, agradável que, posteriormente, pode se transformar em uma impressão mais intensiva. O autor ainda destaca que: “mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o locus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida” (TUAN, 1980, p.107).

Esse sentimento é entusiasmado por fatores relevantes que o indivíduo cria sobre o lugar como, por exemplo, se ele é natural ou edificado. Tuan (2013) retrata que, desde pequenos, os seres humanos criam o sentido de propriedade que nasce a partir da necessidade de garantir valor adequado gerando status entre as demais pessoas.

Tuan (2013) assinala que, quando crianças, um determinado brinquedo, principalmente quando outra criança ameaça querer, isso gera um sentimento de posse sobre aquele objeto, não querendo permitir que outra pessoa o pegue. Quando adultos, a necessidade de se apropriar de algo é o mesmo de quando se era uma criança, principalmente de um lugar somente seu, seja um cômodo da casa ou uma área favorita. E esse significado pode ser cada vez mais evidenciado à medida que o convívio desse indivíduo com o lugar seja contínuo. Essa constante vivência com determinado lugar gera-se laços afetivos, pois é ali que, diariamente, o indivíduo se sente pertencente a um ambiente.

Nota-se que o lugar não é analisado como base no espaço material em si, mas nas trocas afetivas que aquele espaço transcende ao indivíduo, conforme ele se apropria daquele lugar e cria seu cotidiano. De acordo com Souza (2013), esse apego a certos espaços pode ser chamado de “lugaridade”, pois é natural do ser humano a necessidade de desenvolver laços com os espaços que mais nos relacionamos. Por mais precário que esse espaço seja, os sujeitos o têm como lar, onde está uma parte significativa de suas relações socioespaciais. Na medida em que esses sujeitos vão se relacionando com o espaço e ele vai pouco a pouco sendo dotado de sentido, tem-se o processo que o autor chama de “lugarização”.

Nas dinâmicas do espaço, especialmente nas cidades, há a constituição de uma outra etapa no processo, que Souza (2013) denomina de “deslugarização”. A

deslugarização ocorre quando há a mudança de espaço, especialmente daqueles antes destinados à moradia, onde foram construídas as memórias, os sentimentos de pertencimento, as relações interpessoais e sua conseqüente dotação de significados.

Na medida em que populações são retiradas de seus lugares ao longo do tempo, elas perdem as suas referências simbólicas e as relações interpessoais, sediadas numa porção do espaço. Os novos espaços onde são alocadas, muitas vezes vazios não ocupados, por muito tempo destinado a especulação imobiliária, deverá passar por um processo de constituição da lugaridade a que Souza (2013) chama de “relugarização”. Nesse sentido, o autor ressalta o processo contínuo nas dinâmicas do espaço urbano de constituição-destruição-reconstituição dos lugares, ou para expressar em outros termos “lugarização-deslugarização-relugarização”.

É justamente nesse movimento contínuo que se encontra a produção da riqueza social urbana, feita por meio do uso pelos seus moradores, mas, em seguida, expropriada pelo capital imobiliário e seus agentes. Portanto, para lidar com os aspectos imateriais da produção do espaço urbano, bem como todo o processo que os indivíduos que foram contemplados pelo Programa Minha Casa Minha Vida passam, a referência o conceito de lugar se faz necessário.

1.4 AS POLÍTICAS SOCIAIS E O DIREITO À CIDADE

A política social é política pública, ou mais precisamente é uma das dimensões das políticas públicas. Para Secchi (2013, p. 2), “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Para este autor, a política pública é constituída de dois elementos fundamentais: intencionalidade pública ou resposta a um problema público. De acordo com Secchi (2013, p. 2), “a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou resolução de um problema entendido como coletivamente relevante”. Apesar de seu entendimento, o autor reconhece que qualquer definição é arbitrária.

Nessa mesma direção, para Melazzo (2010) a expressão política pública apresenta conteúdo polissêmico, sendo um conceito mais complexo que apenas um programa de ação governamental. De acordo com esse autor:

[...] esse conceito pode se referir a diferentes dimensões dos processos que envolvem a decisão e a intervenção do Estado sobre determinada realidade, ou ainda, incorporar mecanismos e estruturas de tomadas de decisão ou implementação de ações mais ou menos sujeitas a controles sociais, e somente isso justificaria uma análise mais detida de seus conteúdos (MELAZZO et al. 2010, p. 235).

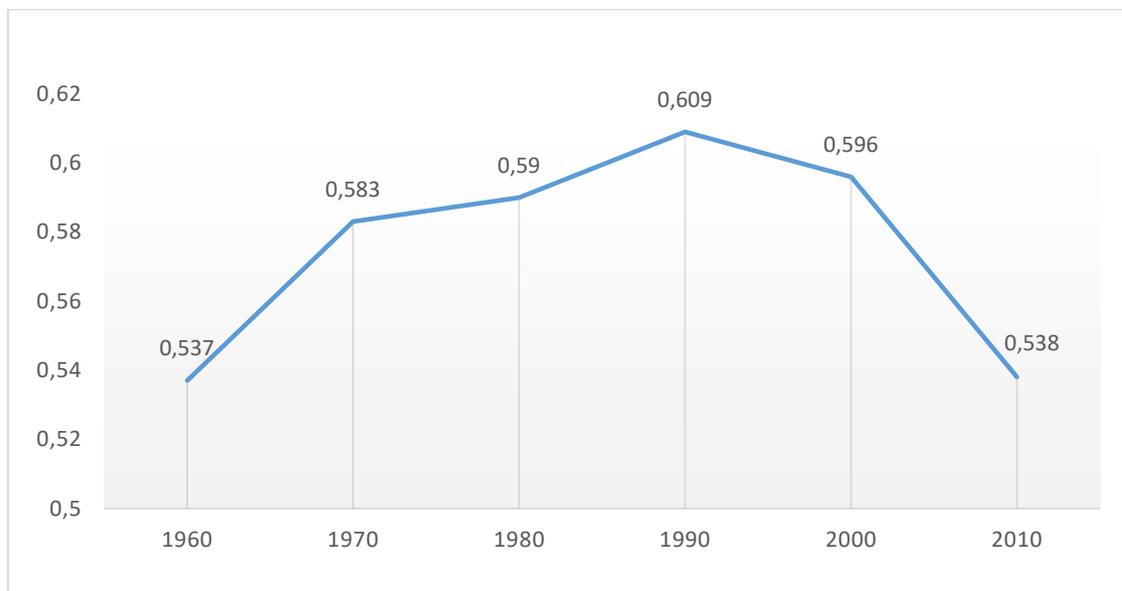
A política social ao ser entendida como uma parte da política pública, nos permite pensar que ela é desenhada para atender determinados anseios sociais que, no caso do Brasil, foram sendo atendidos (ainda que de maneira incompleta) com muita luta social.

Só muito recentemente, a proteção social, em especial a saúde e a assistência social, tornou-se direito acessível a todos. Foi com a Constituição Federal de 1988 que esses importantes avanços foram conquistados. Antes disso, o acesso à proteção social se dava, sobretudo, com ações pontuais e fragmentadas, tratada mais como forma de caridade que como direito. Nesse contexto, atuavam tanto instituições privadas (entidades de assistência social que operavam por meio de convênios com o Estado, na forma de relações personalistas) quanto públicas (BRASIL, 2008, p. 14).

Mesmo com os significativos avanços na área social, especialmente nos indicadores concentração de renda, medidos pelo índice de Gini (Gráfico 1), a desigualdade na sociedade brasileira continua uma das maiores do mundo. O Coeficiente de Gini expressa aos níveis de desigualdade com valores que variam de zero a um. Quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade, quanto mais próximo de um, maior a desigualdade.

O fato da desigualdade ser um traço marcante da sociedade brasileira coloca em evidência a importância de pesquisas que, como esta, objetivem o estudo dos problemas sociais do país. Momentos e governos que marcaram a história do Brasil são reflexos dos valores observados no gráfico. Um exemplo foi o período da ditadura militar e a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) em 1964 como medida para dinamizar a economia, que se encontrava em crise. Além disso, tinha como objetivo “garantir o apoio político da massa desabrigada, foi o único órgão responsável por uma política nacional da habitação. Estima-se que o BNH foi responsável, até o período da sua extinção (1986), por 25% das unidades habitacionais construídas no país.” (MEDEIROS, 2010, p. 1). Além da questão habitacional o BNH também esteve presente no desenvolvimento urbano, com a criação de programas em diversos âmbitos.

Gráfico 1: Brasil: Índice de Gini (1960 a 2010)



Fonte: Neri, 2012
Org. Nunes L. F., 2020

Apesar da conquista formal dos direitos sociais, baseados nos princípios da universalidade, equidade e integralidade, na Constituição de 1988, sua efetiva concretização enfrentou vários obstáculos na década seguinte, quando o Brasil passou por graves crises sociais, econômicas e políticas. Durante a década de 1990 houve redução dos órgãos estatais, cortes nos gastos sociais, privatização de empresas e serviços públicos, restrição e implosão da legitimidade dos direitos e da esfera pública (BRASIL, 2008).

A crise econômica da década de 1990, em certo sentido, justificava o não investimento mais efetivo em políticas sociais. Apesar disso, o estabelecimento do Plano Real ajudou a manter estáveis os índices de desigualdade. Ainda assim, continuava marcante e com poucas alterações a grande concentração de renda no Brasil, é sabidamente entre as maiores do mundo.

A partir do início da década de 2000, o Estado brasileiro passou a tratar com maior importância as políticas sociais, especialmente a de Assistência Social que, até então, estava precariamente estruturada. Os programas e benefícios sociais instituídos juntamente à Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2005) desempenharam um importante papel na redução da desigualdade e da pobreza extrema, que permitiram muito recentemente o Brasil sair do mapa da fome da ONU (FAO, IFAD, WFP, 2015).

Desde 2015, o país voltou a passar por crises e já tem mostrado impactos negativos na melhora dos indicadores sociais, que tinham sido observados desde o início dos anos 2000 (PNUD, 2015). Não é novidade que em momentos de instabilidade política e econômica, os mais pobres seja a parte mais afetada.

Ao falar dessas dinâmicas, quais sejam: a exclusão social, a desigualdade e a pobreza, é muito comum que o espaço seja ignorado no processo de análise. Partimos do pressuposto que, para compreender de maneira mais integral, essas questões sociais, o espaço é um elemento indispensável, haja vista que os bens coletivos, as diferentes classes e as riquezas sociais não se distribuem aleatoriamente no território. Assim, a partir da compreensão da espacialidade da desigualdade, da pobreza e da exclusão social, poderíamos perguntar como e onde são localizados os pobres no Brasil, entre as regiões e os bairros de uma cidade.

É no espaço geográfico, mais precisamente no território usado, como diria Milton Santos (2000), que estes indivíduos se expressam. Uma análise que ignore a dimensão espacial tende a ter alcance limitado, tanto no que diz respeito à compreensão, quanto na proposição de políticas públicas e resolução dos problemas que são objetos dessa política.

Assim, reconhecer a espacialidade da exclusão social, bem como da pobreza e da desigualdade é o ponto de partida para compreender os complexos problemas que são inerentes à sociedade brasileira.

Dessa forma, a política pública de assistência social brasileira tem, nos últimos anos, avançado nessa compreensão. Os documentos normativos, como a Lei Orgânica de Assistência Social (Lei 8742/1993, com redação dada pela Lei 12435/2011), Política Nacional de Assistência Social de 2004 (BRASIL, 2005), a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 33 de 2012) incorporaram como uma das diretrizes o princípio da territorialização. Esse aspecto fica evidente na NOB-SUAS de 2012, quando se estabelece a necessidade de elaborar diagnósticos territoriais para subsidiar o processo das políticas públicas.

1.5 BREVE ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA NO SETOR HABITACIONAL

Segundo Ramos (2015), a partir da década de 1920, houveram as primeiras iniciativas de intervenção estatal na questão habitacional. Já na década de 1930, com

a chegada da industrialização e da urbanização em boa parte das cidades brasileiras, surgiu a necessidade de expandir as habitações populares por meio do Estado, por intermédio de políticas públicas no setor habitacional. Nesse período, houve a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) para as categorias profissionais, sinalizado pelo aumento de postura do Estado na política e na economia. Nessa época, surgem as atividades urbano-industriais que passam a centralizar a economia e ganham uma especialidade nas cidades brasileiras. Desse modo, manifestam-se demandas por instalações de habitações para atender os trabalhadores e a população geral.

Para Bonduki (1994), a inédita ação do Estado na questão habitacional teve duplo sentido, ampliar a legitimidade do regime do governo Vargas e viabilizar a maior acumulação de capital no setor urbano por meio da redução do custo da força de trabalho. Até o momento não havia se formado um meio efetivo para enfrentar o problema de habitação. Bonduki (1994) aponta a criação da Fundação da Casa Popular (FCP), em 1946, (primeiro órgão nacional destinado à questão da moradia da população mais necessitada) como exemplo da ausência de políticas para o setor.

Nas décadas de 1940 e 1960 as políticas de habitação, principalmente as de aquisição, continuaram elencadas no crédito dos IAPs e bancos incorporadores imobiliários com a Fundação da Casa Popular. Já na década de 1950 houve uma queda significativa na produção de obras de edificação em habitações por priorizarem a realização de obras de infraestrutura e montagem de indústrias de base.

Ramos (2015) ainda destaca que, dentre as iniciativas no Brasil de criação de uma política habitacional de âmbito nacional com objetivos e metas estabelecidos com fonte de recursos permanentes e mecanismos próprios de financiamento, ocorreu em 1964 a instituição do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH). Foi nesse período que o governo federal mostrou ter garantias de redigir a política nacional de habitação e sistematizar ações públicas e privadas para estimular a construção e o financiamento para aquisição de habitações de interesse social. A política habitacional executada pelo BNH teve por objetivo viabilizar o acesso à moradia aos diferentes estratos sociais com foco nas famílias de baixa e média renda, mas as práticas modificaram-se em função das flutuações da conjuntura econômica e política e, desta forma, suas operações não atenderam essas classes sociais.

Com o aprofundamento da crise do Estado e os reflexos da política neoliberal desencadeou-se um novo modelo de sistema financeiro de habitação no final da década de 1980 e durante a década de 1990. Não obstante, o governo criou condições para a nova representação do sistema financeiro imobiliário, por meio da criação de um mercado secundário baseado em garantias hipotecárias.

Em 1990, a política habitacional foi empreendida com transformações advindas juntamente com o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), possibilitando as empresas incorporadoras a atuarem no mercado secundário para rateio de maior volume de capitais, ampliando os investimentos e expansão em seus empreendimentos (ROYER, 2009).

Em 1997, portanto, cria-se o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) que tem como intuito as finanças da organização do financiamento da política de crédito imobiliário. Os princípios básicos giravam em torno da implementação da economia de mercado, a regularização e a desoneração dos cofres públicos. As operações do SFI foram efetuadas segundo as condições de mercado as quais eram praticadas no mercado de financiamento imobiliário.

Já no século XXI teve-se a criação do Ministério das Cidades (2003) com quatro secretarias nacionais (Habitação, Saneamento, Programas Urbanos e Mobilidade Urbana) que tinham como objetivo reformar o sistema de crédito imobiliário. Em 2005, cria-se o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social pela Lei nº 11124/05, que agregou todos os programas de habitação.

Em 2008, o Plano Nacional de Habitação (PlanHab) incluiu a política urbana juntamente com a política habitacional para propor ajustes às famílias de baixa renda como também manter o crescimento do país frente a uma crise mundial. Em abril de 2009, surge o Programa Minha Casa Minha Vida com o intuito de ampliar o acesso à casa própria para as famílias, de acordo com a faixa de renda, além de fornecer mais empregos por meio do investimento, exercendo um papel importante principalmente na dinâmica econômica das cidades médias (AMORE, 2015).

1.6 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Apesar de ser recente sua instituição no âmbito da política habitacional brasileira, o Programa Minha Casa Minha Vida completou 10 anos em 2019. Em sua

primeira fase, o programa Minha Casa Minha Vida tinha como objetivo criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais para famílias com renda de até 10 salários mínimos. Dessa forma, o Programa contempla os seguintes subprogramas, ambos com redação por meio da Lei Nº 12424/2011: I - Programa Nacional da Habitação Urbana (PNHU); II - Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Como destaca Amore (2015):

O “Minha Casa Minha Vida” é, antes de tudo, uma “marca”, sob a qual se organiza uma série de subprogramas, modalidades, fundos, linhas de financiamento, tipologias habitacionais, agentes operadores, formas de acesso ao produto “casa própria” – esta sim uma característica que unifica as diferentes experiências (AMORE, p.15, 2015).

Assim, o Minha Casa, Minha Vida criou subsídios para as famílias com rendimentos de até R\$ 1.600,00 (cerca de três salários mínimos em 2011) entrarem no programa, concentrando-se, portanto, na faixa de maior déficit habitacional. São principalmente essas famílias que passaram por processos de periferização, reforçando a segregação socioespacial nas cidades brasileiras.

De 2009 até junho de 2014, o Programa admitiu a produção de 3,6 milhões de unidades habitacionais, com investimentos de R\$ 225 bilhões, sendo 46% destinado às famílias com rendimento de até três salários mínimos. Do ponto de vista estritamente econômico, essa política habitacional gerou efeitos positivos em cadeia, dinamizando a economia ao gerar empregos diretos e indiretos (BRASIL, 2014).

As metas iniciais visavam produzir cerca de um milhão de novas residências reservando 800 mil unidades para as duas faixas de menor renda mensal para o denominado grupo 1 com rendimentos de até três salários-mínimos e para o grupo 2, de três a seis salários mínimos e as 200 mil unidades restantes foram estabelecidas para atender o grupo 3 com rendimento na faixa de seis a dez salários mínimos (BRASIL, 2014).

Ramos (2015) ressalta que o processo de expansão do programa Minha Casa Minha Vida ocorreu vinculado com a alteração em sua legislação em 2011, determinando a inclusão da subvenção econômica por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sob modalidade de equalização de taxas de juros de outros encargos financeiros especificamente nas operações de financiamento.

A fase 2 teve início durante o ano de 2011 e tinha como meta construir 2 milhões de novas unidades com um investimento de R\$125,7 bilhões até o final de 2014. Desse valor, R\$ 72,6 bilhões vieram do Orçamento Geral da União e do FGTS e outros R\$ 53,1 bilhões diretamente dos empréstimos. Nessa fase também se iniciou a participação do Banco do Brasil no Programa. Em 2013, os investimentos no PMCMV geraram cerca de 1,3 milhão de postos de trabalho diretos e indiretos na cadeia da construção civil: construtoras, prestadoras de serviços, comércio, indústria de materiais de construção, entre outros (BRASIL, 2014).

A fase 3 iniciou-se em 2016 e pretendia criar mais 1 milhão de unidades habitacionais até 2018. Além disso, houve a criação da faixa 1,5 - que beneficia famílias com uma renda bruta mensal de até R\$ 2.350,00. Essa medida foi tomada pois as famílias dessa faixa financeira enfrentam dificuldades para encontrar imóveis compatíveis com seu poder aquisitivo. As demais faixas também sofreram alterações e tiveram seus limites ampliados para que ainda mais famílias acessassem o programa.

Na literatura acadêmica sobre as construções de habitações do Programa nas cidades brasileiras, diversos autores apontam que o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida surge em caráter econômico, como uma estratégia para se livrar de crise financeira mundial de 2008.

Essa crise financeira ocorrida em 2008 nos Estados Unidos no setor imobiliário incentivou o governo federal, como ressalta Mascia (2011), a um debate com empresários da construção civil por uma estratégia que abrangesse a produção habitacional em escala, mas que também se desenha medidas anticíclicas para combater o declínio econômico e a redução de emprego. Assim, o Programa Minha Casa Minha Vida surge com caráter anticíclico na medida em que promove o aumento do nível de investimento e emprego na construção civil, como meio para conter a crise no Brasil.

Seguindo essa perspectiva, o Programa Minha Casa Minha Vida foi criado para atender o déficit habitacional. Entretanto, também foi configurado para atender aos anseios dos grandes empresários da construção civil e do setor imobiliário. Assim, conseguiram maior fluidez a partir de uma política pública de urgência com investimento do governo federal no setor, estando atribuído ao estímulo do campo imobiliário, de especulação. Guilherme Boulos (2014), líder do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) na época, enfatiza:

[...] não se resolve o problema habitacional dentro da lógica de mercado de financiamento, porque moradia é uma mercadoria cara. 70% das famílias que compõe o déficit habitacional no país ganham menos que três salários mínimos de renda mensal. Quem está nessa situação, não tem como comprovar condição de pagamento de um crédito imobiliário, então não entra (BOULOS, Entrevista na Revista Fórum, 2014).

Dessa forma, houve um movimento gerado desde início do século XXI para se criar políticas sociais no país, especialmente no âmbito da Política Nacional de Habitação. Em conjunto com o Ministério das Cidades (2004), teve o intuito de aumentar a propagação na esfera popular, permitindo um fortalecimento econômico de recursos públicos e privados que foram aplicados no setor habitacional. Para Ramos:

Deste modo, o PMCMV apesar de ter uma justificativa de cunho social ligada à resolução do déficit habitacional, na realidade se projetou como um programa que fundamentalmente visou oferecer um menor grau de risco aos investidores, e garantir créditos tanto ao comprador quanto à produção imobiliária, sendo os “setores populares” os que mais necessitam de habitações foram os que menos foram atendidos pelo programa do governo federal (RAMOS, 2015).

É fato que o programa forneceu acesso à moradia, mas, por outro lado, obstaculizou o direito à cidade no qual o processo interditou essa efetivação. Principalmente para essas famílias de baixa renda que são expulsas para locais distantes, pois não possuem os meios para acessar os melhores espaços.

Há um programa em desenvolvimento pelo Estado, juntamente com outros agentes, que diz ser em benefício do comum, mas que acaba privilegiando agentes financeiros, proprietários de terras, agentes imobiliários, empreiteiras e incorporadores. São esses agentes que definem a morfologia urbana, de acordo com os seus interesses em maximizar as margens de lucro, enquanto as classes trabalhadoras ficam com a falsa visão de estarem inclusas no processo, quando na verdade são excluídas das decisões mais importantes sobre os rumos da cidade e, portanto, de sua vida. Lembra-nos Milton Santos (2000) que enquanto os trabalhadores, os mais pobres, têm a cidade como abrigo, isto é, como elemento essencial para a vida cotidiana, para os agentes econômicos o território é apenas recurso, meio pelo qual se pode extrair lucro.

Para compreender os efeitos que esse programa habitacional tem produzido nas cidades, é preciso levar em conta temas como a desigualdade, a pobreza, a exclusão social, em suas manifestações territoriais. Tais questões, resultam de

fenômenos sociais complexos, enquanto condicionantes da organização espacial da sociedade capitalista.

De acordo com Negri (2008), a segregação socioespacial é um fenômeno de múltiplos aspectos, como o econômico, social, estrutural, entre outros. Conforme a classe mais alta busca valorizar certos espaços, de acordo com seus interesses, urbanos, as classes mais baixas acabam sendo deslocadas para áreas com menor valor imobiliário, o que produz a segregação socioespacial.

Essa é uma prática recorrente na mercantilização do solo urbano, pois fornece as condições para justificar o alto valor imobiliário de certas áreas da cidade, mais precisamente daquelas privilegiadas em termos infraestruturais. Nesse aspecto, o Estado, um dos agentes envolvidos no processo de produção do espaço urbano, como destaca Corrêa (2004), desempenha um papel fundamental na constituição de desigualdades territoriais, por intermédio da definição de áreas para a provisão das infraestruturas sociais básicas.

O Estado, da mesma maneira que age em consenso com os agentes imobiliários, tratando a cidade como mercado, pode atuar para a diminuição dos problemas socioespaciais da cidade, ou seja, para a redução das desigualdades que se manifestam territorialmente. Assim sendo, a ação do Estado não pode ser percebida como unidirecional, ou mesmo como estando voltada, exclusivamente, para o atendimento do bem comum ou dos interesses privados. Ela é complexa e contraditória. Ainda que saibamos que o Estado, frequentemente, age para atender a interesses de agentes dominantes da sociedade urbana, ele pode ser pressionado, demandado a promover o bem comum. É o que defende Lindo (2011) quando afirma:

[...] é necessário que o Estado intervenha sobre tal realidade e promova políticas públicas, visando minimizar as desigualdades sociais. A política pública está vinculada a ações do Estado, que designa certos tipos de ações para tomadas de decisões em assuntos públicos, políticos ou coletivos a partir de relações de poder que desenvolvem disputas e conflitos (LINDO, 2011, p. 36).

Esta afirmativa está em harmonia com as premissas gerais de Stieglitz (2016), quando articula que os mercados deixados aos seus desígnios podem somente atuar no sentido de acirrar as desigualdades. O Estado pode atuar como um indutor de uma urbanização mais justa, em que a riqueza urbana produzida socialmente, seja colocada à disposição de todos, independentemente da sua classe social.

Nesse contexto, Joseph Stiglitz (2016) emprega o termo “rent-seeking” que expressa como o processo político, se não controlado, permite que os ricos se sobrepujam ao conjunto da sociedade. As práticas monopolistas são um exemplo de quando o Estado não age como deveria e não impede que o setor privado se sobressaia aos cidadãos comuns. Para Stiglitz (2016) o Estado deve corrigir as falhas dos mercados criando políticas que juntem os incentivos privados e os retornos sociais, ou seja, que ele desempenhe o papel de comandar as regras com leis eficientes que beneficiem a todos. Nas palavras de Stiglitz:

Embora as forças de mercado ajudem a moldar o nível da desigualdade, as políticas governamentais moldam essas forças de mercado. Muita da desigualdade atual resulta de políticas governamentais, tanto as que o Governo aplica como as que se abstêm de aplicar (STIGLITZ, 2016, p. 89).

O Programa Minha Casa Minha Vida é um exemplo de política que nasce com o intuito de resolver o problema habitacional no Brasil e promover acesso à moradia, mas não foi capaz de intervir na lógica de produção do espaço urbano que, guiado pela ação predatória do mercado imobiliário, permitiu a especulação imobiliária. A manutenção de tal processo continuou a gerar fragmentação, desigualdades territoriais e, portanto, segregação socioespacial. Nesse contexto, o Programa Minha Casa Minha Vida também acabou reforçando a desigualdade territorial nas cidades onde se instalou, principalmente nas cidades médias brasileiras. Nesse sentido, entender o que vem a ser essa desigualdade que tem origem no capitalismo e como se distribuem os bens territoriais urbanos é ponto importante.

Apesar dos vários fatores que geram e ampliam a desigualdade em uma sociedade, o grande ponto está em como as políticas governamentais se relacionam com o mercado e as forças sociais. Assim, a luta dos movimentos sociais é grande destaque na necessidade na busca de modificar esses processos políticos e considerar a cidade apenas como um grande negócio para, assim, construir uma política mais justa e inclusiva.

No capítulo a seguir será discutido a produção urbana do município de Maringá, no estado do Paraná, bem como essa dinâmica do mercado imobiliário acaba acirrando as desigualdades territoriais e sociais entre as classes.

2. OS TRAÇOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE MARINGÁ

Maringá se destaca como uma das principais cidades do estado e desempenha importantes papéis no âmbito da rede urbana regional. Localizada na mesorregião norte-central do Paraná (Figura 1).

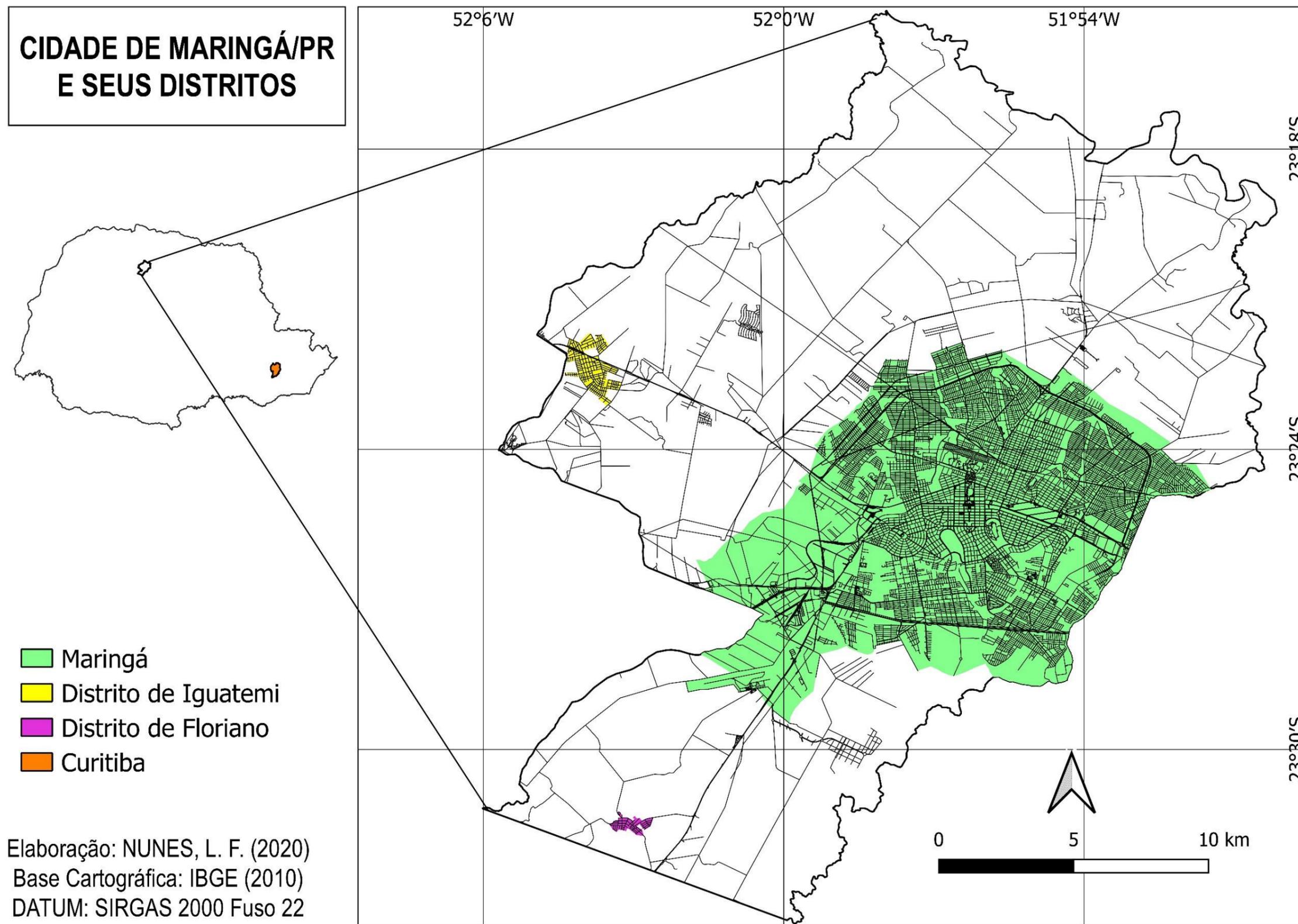
Foi uma cidade planejada e, assim como Londrina, tiveram um desenvolvimento diferenciado das demais. Seu povoamento começou em 1938, mas foi no início da década de 1940 que suas primeiras edificações deram princípio ao desenvolvimento urbano. Maringá é fundada em 10 de maio de 1947 como um Distrito de Mandaguari. Somente em 1951, com a Lei nº 790 de 14/11/1951, é que Maringá foi elevada ao patamar de município. Atualmente, em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 2 distritos: Floriano e Iguatemi, assim permanecendo desde 2007 (MARINGÁ, 2013).

Seu crescimento populacional foi rápido e diretamente ligado à expansão da fronteira agrícola por intermédio da venda de lotes na região sob responsabilidade da CMNP (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), onde indivíduos com condições econômicas estáveis puderam comprar determinados lotes. Dessa forma, estabeleceu-se um pequeno povoado chamado de “Maringá Velho”.

Segundo Luz (1980), a Companhia incentivava a vinda de pessoas para esse povoado a fim de formar um núcleo inicial que suprisse as necessidades básicas dos moradores com diversas atividades, subsidiando à futura cidade. Somente com a demarcação definitiva da estrada de ferro é que a Companhia realizou todo o planejamento urbano da cidade, que acataria numa divisão de bairros pertinente a sua função.

Rodrigues (2005) ressalta que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná projetou a cidade de modo que as áreas residenciais fossem caracterizadas da seguinte forma: no centro da cidade e seu entorno estariam as áreas residenciais consideradas “principais”, a oeste as áreas “populares”, e a leste, onde se localiza a zona industrial, a área residencial “operária”. Essa delimitação também provocou diferenciação nos valores dos lotes colocados à venda.

Figura 1: Localização de Maringá e seus distritos



Fonte: IBGE e malha urbana obtida no Opeen Street Maps, 2019.

NUNES, L. F., 2020.

Essa conjuntura formada pela Companhia de um espaço urbano definido pela função das classes sociais subtende que, desde a projeção inicial, a cidade de Maringá já mostrava um caráter segregador, pois inviabilizada certos grupos sociais de adquirirem lotes em áreas privilegiadas. Destinando a essas camadas populares as áreas mais afastadas da cidade, provocando assim dinâmicas sociais excludentes, principalmente do ponto de vista das suas espacialidades.

Segundo Rodrigues (2004), a hierarquização social estabelecida pela Companhia beneficiava a mesma, pois o recorte socioespacial e a elitização de certas áreas criava o cenário ideal para a valorização dos lotes. Em outras palavras, preços cada vez mais altos que aumentavam os lucros de um mercado imobiliário totalmente conduzido pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. A autora também ressalta que essa hierarquização se mostra ainda mais perceptível:

[...] essa definição tornou-se evidente na configuração residencial de Maringá, onde se observam distinções na ocupação residencial segundo a condição de classe: as rendas altas ocupam a área previamente definida como principal, além de uma parcela da área inicialmente projetada para as classes populares (zonas 4 e 5); as rendas médias ocupam a área destinada, no projeto inicial, às classes operárias (Vila Operária); e as rendas baixas se localizam nas áreas de expansão que se desenvolveram fora do primeiro traçado (os novos conjuntos habitacionais) (RODRIGUES, 2005, p. 64).

Essa articulação favoreceu cada vez mais que o município continuasse a crescer e se desenvolver dentro de uma dinâmica que segrega a população trabalhadora e de baixa renda. Para entender como isso se procedeu é preciso entender quem são os agentes transformadores desse espaço urbano.

2.1 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE MARINGÁ: AGENTES TRANSFORMADORES

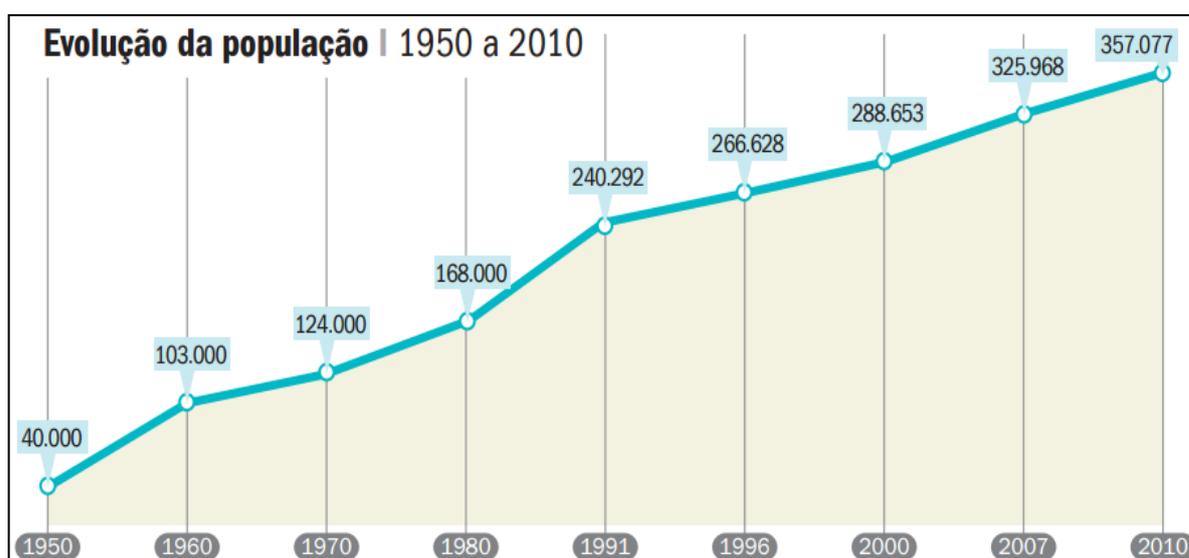
A começar pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, temos o primeiro grande agente transformador do espaço urbano maringaense, pois foram os organizadores de todo o desenvolvimento da área, como os valores dos lotes, suas extensões e atividades. Segundo Araújo (2010), Maringá foi traçada para ser o centro comercial da região e, por isso, a Companhia estipulou o período de um ano aos proprietários de lotes para construírem, não permitindo que os lotes se mantivessem vazios. Dessa forma, o espaço consolidou-se pela Companhia de maneira rápida, promovendo seu crescimento urbano. Ainda, segundo a autora, a CMNP colocou em

prática seus interesses e ideias apresentando uma soberania sobre como a cidade deveria ser.

Um exemplo expressivo desse poder é em relação a ocupação do solo maringaense onde as diretrizes estabelecidas em seu projeto inicial mantem até hoje. Mas isso não seria possível sem a ajuda do poder público municipal, outro agente transformador do espaço urbano. Segundo Rodrigues (2004), haviam diversos vereadores que estavam no governo municipal, mas que também eram representantes da Companhia, dando assim, uma posição exclusiva e mantendo o poder centralizado como agente imobiliário. Entretanto, com o passar dos anos, outros agentes inseriram-se na cidade e assim a Companhia foi perdendo seu domínio exclusivo sobre a cidade.

Maringá despertou o interesse de trabalhadores que buscavam investir em diversas áreas como em imóveis e na agricultura, transformando-se assim, num dos principais produtores agrícolas do país e com um mercado imobiliário consolidado. Também se tornou um dos municípios com maior grau de urbanização e de crescimento demográfico no Estado. Conforme pode ser verificado no gráfico de evolução da população (Gráfico 2), a cidade passa de 40 mil habitantes em 1950 para mais de 350 mil. Em apenas 60 anos, a cidade vê sua população aumentada em mais de 300 mil. Em termos percentuais, aproximadamente, 767%.

Gráfico 2: Gráfico da evolução populacional de Maringá



Fonte: IBGE, 2016.

Conforme a cidade crescia, também aumentava a influência do setor imobiliário que, de certa forma, acabou moldando toda a organização do espaço urbano maringense. Segundo Araújo (2010):

Este grupo tem forte atuação na definição do espaço, dá continuidade às zonas já definidas no projeto da cidade, mas preocupa-se com a valorização de algumas áreas, em detrimento de outras. Estes agentes sociais têm como objetivo preponderantemente a obtenção de lucro no comércio de imóveis, porém, paralelamente a isto, apresentam um discurso no qual se dizem preocupados em manter a cidade bela, próspera e em sinais de pobreza (ARAÚJO, 2010, p.175).

Outro agente transformador no processo de produção espaço urbano é o poder público. O Estado desempenha um papel fundamental na constituição das espacialidades. O Estado, ao mesmo tempo em que age em consonância com os agentes do mercado imobiliário, que tratam a cidade como negócio, deveria, também, atuar para a minimização dos problemas socioespaciais da cidade, em outros termos, para a redução das desigualdades que se manifestam territorialmente. Portanto, a ação do Estado não pode ser entendida como unidirecional, ou mesmo como estando voltada, exclusivamente, para o atendimento do bem comum ou dos interesses privados. Ela é complexa e contraditória. Ainda que saibamos que o Estado, frequentemente, age para atender a interesses de agentes dominantes da sociedade urbana, ele pode ser pressionado, demandado a promover o bem comum.

Em Maringá a atuação do Estado em conjunto com os agentes imobiliários acontece desde a época da Companhia, como já foi destacado. Um outro momento importante com participação do poder público municipal foi a reorganização de áreas antes desvalorizadas com a presença da classe pobre. Como Maringá tinha um caráter de cidade bela essa população não podia manter-se ali, dessa forma, foram forçadas para outras localidades fazendo com que essas áreas voltassem a ter valorização no mercado imobiliário.

Stiglitz (2016) ressalta que os mercados deixados aos seus desígnios podem somente atuar no sentido de acirrar as desigualdades. As práticas monopolistas são um exemplo de quando o Estado não age como deveria e não impede que o setor privado se sobressaia aos cidadãos comuns. Para Stiglitz (2016), o Estado deve corrigir as falhas dos mercados criando políticas que juntem os incentivos privados e os retornos sociais, ou seja, que ele desempenhe o papel de comandar as regras com leis eficientes que beneficiem a todos. Nas palavras de Stiglitz:

Embora as forças de mercado ajudem a moldar o nível da desigualdade, as políticas governamentais moldam essas forças de mercado. Muita da desigualdade atual resulta de políticas governamentais, tanto as que o Governo aplica como as que se abstêm de aplicar (STIGLITZ, 2016, p. 89).

O Estado deveria atuar como um indutor de uma urbanização mais justa, em que a riqueza urbana produzida socialmente seja colocada à disposição de todos, independentemente da sua classe social. Em seu livro “O preço da desigualdade” Joseph Stiglitz (2016) utiliza o termo “rentseeking” que expressa como o processo político, se não controlado, permite que os ricos se sobrepujam ao conjunto da sociedade.

Portanto, vemos que, apesar dos vários fatores que geram e ampliam a desigualdade em uma sociedade, o grande ponto está em como as políticas governamentais se relacionam com o mercado e as forças sociais. Com isso, não se pode perder de vista a complexidade da realidade, as múltiplas relações entre as várias dimensões da vida, os fortes e muitas relações tecidas entre as escalas, o papel que mercado e Estado exercem nas dinâmicas configurações espaciais.

Entender a lógica do Estado no âmbito das políticas de habitação junto a lógica das empresas que atuam nesse mercado traz um olhar peculiar para o que ocorre na cidade de Maringá. Segundo Ramos (2015), no que consiste no processo de produção, no espaço urbano maringaense existem diversos aspectos que atravessam tanto o município quanto as empresas da construção civil e os agentes envolvidos na área habitacional, ou seja, no setor econômico que envolve a produção de capital. Nesse sentido, a cidade é vista como mercadoria e seu processo e urbanização acaba permitindo distorções que acarretam em um modelo de acumulação capitalista centrada na desigualdade territorial e social. Apesar dos vários fatores que geram e ampliam a desigualdade em uma sociedade, o grande ponto está em como as políticas governamentais se relacionam com o mercado e as forças sociais.

2.2 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM MARINGÁ

Essa dinâmica da produção do espaço urbano atrelada ao alto valor do terreno urbano maringaense obrigava a população beneficiada com políticas habitacionais se instalarem em áreas afastadas do centro da cidade. O mesmo ocorreu com as

peças contempladas com o Programa Minha Casa, Minha Vida, em relação as moradias de interesse social, ao estabelecerem principalmente nos distritos que integram o território do município. Como já ressaltado, o Programa Minha Casa, Minha Vida é dividido por faixas de rendimentos. As moradias de interesse social pertencem a faixa 1, com rendimento até R\$ 1.800,00 (um mil e seiscentos reais) atualmente. Este tipo de moradia é lançado pelo poder municipal em parceria com o governo Federal e com agentes privados visando diminuir um dos graves problemas sociais das cidades brasileiras, que é o déficit de moradias.

Nesse sentido, do cenário nacional ao cenário local em Maringá em 2010, são parecidos, posto que, segundo a fundação João Pinheiro, o déficit habitacional seguia a tendência nacional para as populações com rendimentos de 0 a 3 salários mínimos, onde o déficit habitacional local era de 7.378 moradias. Na comparação com o déficit habitacional total do município, este segmento representava mais de 69,68%, sendo ainda maior que a média nacional[...] (REIS, 2017, p. 87).

Com esses dados, é possível entender a carência e a necessidade de novas habitações de interesse social no município de Maringá. O governo municipal, no entanto, viu no Programa Minha Casa, Minha Vida não somente um recurso para suprir esse déficit habitacional, mas também fundamentar uma maneira de favorecer essencialmente os interesses econômicos desses agentes, movimentando o mercado imobiliário e, como consequência, a construção de moradias populares. Ocasionalmente sempre em uma realocação desses determinados grupos, de acordo com os interesses do capital privado, não deixando de lado o caráter segregador criado desde o início de sua colonização, como assinala Reis (2017). Essa dinâmica acaba excluindo as populações contempladas com as moradias para as bordas das cidades, e até mesmo para os Distritos de Floriano e Iguatemi, áreas estas, distantes do centro da cidade e desprovidas das maiorias dos equipamentos coletivos necessários para o bem-estar social.

Nesse sentido, a produção de moradias com o MCMV em Maringá apresenta um ritmo rápido devido ao alto volume de crédito ofertado na região, como relata Fleury E Silva e Silva (2015). Dados da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (SEPLAN), no ano de 2012, indicam o aumento de 30% em áreas disponíveis para construção, isso também cresceu no número de edifícios liberados, onde oito deles eram do PMCMV. No ano seguinte, dados da Caixa Econômica Federal – Superintendência Noroeste e do Banco do Brasil, apresentaram 2842

unidades em Maringá, sendo que 55% delas era referente ao faixa 2 (R\$1.600 a R\$3.100), 30% referentes ao faixa 1 (renda de até R\$1.600) e de 15% ao faixa 3 (R\$3.100 A R\$5.000). Vale ressaltar que esses valores em 2013 ainda não haviam sofrido alterações.

2.3 A ESPACIALIDADE DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS EM MARINGÁ

As políticas habitacionais até chegam ao município, porém são instaladas em porções mais distantes das áreas centrais. Entre a periferia que se consolidava e o centro, grandes porções de vazios urbanos são mantidos a espera de valorização. Em sua maioria, esses vazios são dados como reservas de valor que são gradualmente loteados e vendidos para a população de renda média e alta ou, ainda, destinados a grupos privilegiados, enquanto para acomodar a camada social de baixa renda na cidade, são estipuladas as áreas menos valorizadas.

No Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS de Maringá (2010) apresenta relatos de alguns arquitetos entrevistados, em relação a questão habitacional em Maringá, a oferta de habitação para as famílias com renda de três a seis salários mínimos é considerável e adequada, oposto da oferta a famílias de zero a três salários mínimos, que estão dispersas pela cidade vivendo precariamente.

Ainda, segundo o arquiteto Claudinei José Vechi no PLHIS (2010), os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida não atingem a demanda devido ao elevado custo da terra em Maringá, levando os conjuntos para os distritos e municípios vizinhos:

Os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV estão aquém da demanda devido ao elevado custo da terra em Maringá, levando os conjuntos para os distritos e municípios vizinhos, de acordo com o arquiteto. Atualmente, nos distritos existe interesse dos empreendimentos imobiliários para o setor de 0 a 3 salários mínimos e de 3 a 6 s.m (conjuntos habitacionais), devido à proximidade com as indústrias, onde trabalha a população. As prefeituras da região procuram a AMUSEP, a qual recorre a Maringá para avaliar e dar apoio na elaboração do projeto e no termo de referência (PLHIS, p.53, 2010).

O fator se inverte em relação à faixa 3 do Programa, que engloba de seis a dez salários mínimos. Para esse arquiteto, as zonas sul e central de Maringá movimentam o setor imobiliário:

Já o mercado imobiliário de 6 a 10 s.m. é muito aquecido em Maringá, segundo Vechi, com destaque para a zona sul, zona central e zona sete com edifícios de 10 a 15 andares. Além desse fator, a cidade se caracteriza pela prestação de serviço e polo universitário, e conta com a presença de muitas kitnets. Claudinei considera como um dos principais problemas enfrentados na questão habitacional de Maringá, o alto custo da terra. O elevado valor do terreno não se adéqua ao que a Caixa Econômica Federal aceita, inviabilizando muitas iniciativas (PLHIS, p.53, 2010).

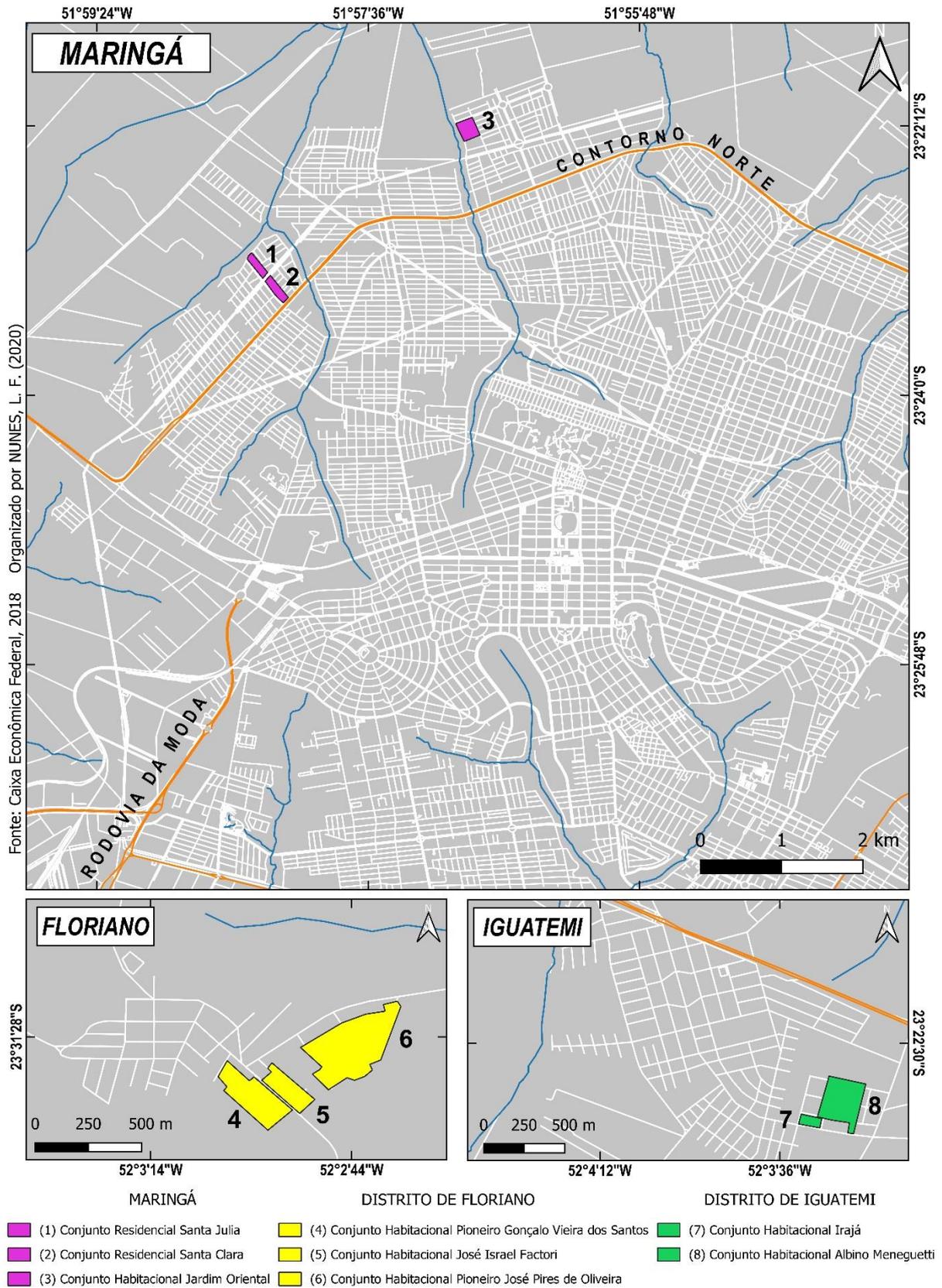
Essa questão habitacional do município em relação ao alto custo da terra proporcionou a criação da Lei Complementar nº 820/2010, que aprova conjuntos habitacionais a serem implantados nos distritos do município, para atendimento ao PMCMV. Dois conjuntos habitacionais foram citados e implantados com a lei em vigor: Conjunto Habitacional Pioneiro Gonçalo Vieira dos Santos em Floriano e o Conjunto Habitacional Albino Meneguetti em Iguatemi, todos referente a faixa 1 do programa. Além de outras Leis Complementares que transformam em Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS em áreas destinadas para habitações de implementação do Programa.

Dessa forma, essa parte da população foi distanciada ainda mais dos seus locais de trabalho, lazer e estudos com a política habitacional estabelecida pelo município, como se pode observar na figura 2.

Ainda que o indivíduo ganhe o acesso a moradia própria, estes são transferidos para locais mais afastados; percebe-se que a maioria dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida foram implantados longe das áreas centrais, nos distritos de Iguatemi e Floriano. Apenas três dos conjuntos foram construídos na parte norte da cidade, ou seja, independentemente de estarem dentro do perímetro urbano da sede do município, ainda sim se encontram em áreas periféricas e afastadas da área central, promovendo também, a segregação socioespacial. São eles: o Conjunto Habitacional Jardim Oriental com rendimento de até seis salários mínimos (faixa 2) e os Condôminos Residenciais Santa Clara e Santa Júlia, ambos com rendimento de até três salários mínimos (faixa 1).

Este cenário demonstra continuidade do processo de periferização das moradias populares em cidades médias, ou ainda, como no caso aqui estudado, em distritos. Além do afastamento da cidade sede, o que gera vários vazios urbanos e novas demandas de investimento público, com a necessidade de ampliação da infraestrutura - os conjuntos habitacionais do mesmo programa localizam-se, em sua grande maioria, um ao lado do outro principalmente em Iguatemi e Floriano - o que motiva o surgimento de grandes conjuntos configurados como bairros.

Figura 2: Conjuntos implantados pela Caixa com o Programa Minha Casa Minha Vida no município de Maringá/PR



Fonte: NUNES, L.F. 2020.

2.4 ANÁLISES SOBRE A DISTRIBUIÇÕES DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS EM MARINGÁ

Para Harvey (2014), a existência das cidades vem da concentração geográfica e social, onde os excedentes da produção existentes no espaço urbano são retirados de quem as produziu e se concentram nas mãos de determinadas pessoas. Nas últimas décadas esses excedentes de produção, juntamente com a rápida urbanização dos países subdesenvolvidos, tomaram proporções muito altas, resultando em transformações no estilo de vida das cidades.

Os resultados dessa crescente polarização na distribuição de riqueza e poder estão indelevelmente inscritos nas formas espaciais de nossas cidades, que cada vez mais se transformam em cidades de fragmentos fortificados, de comunidades muradas e de espaços públicos mantidos sob vigilância constante. A proteção neoliberal aos direitos da propriedade privada e seus valores torna-se uma forma hegemônica de política, mesmo para a classe média baixa (HARVEY, 2014, p.48).

Dessa maneira, é de poder e caráter do Estado um planejamento que possa minimizar essa polarização e que proporcione o bem-estar social a todos seus cidadãos e uma das formas de atribuir esse intuito é compondo a cidade de equipamentos públicos. Mas no Brasil, como retrata Neves (2015), existe uma falta de critério na inserção e distribuição desses equipamentos, sendo principalmente implantados nas porções mais atrativas da mancha urbana, causando certa insuficiência em outras áreas. Nesse ponto, é clara a importância dos planos diretores como instrumento básico de planejamento para estabelecer políticas públicas, que exerçam com a função social necessária.

As características existentes em um meio urbano fragmentado, cada vez mais dificulta a busca por políticas coerentes que fornecem cidadania de uma forma justa. Harvey (2014) ainda destaca que esse agravo só pode ser convertido com a busca de um novo comum, no qual as riquezas produzidas sejam reproduzidas e distribuídas à toda sociedade. É necessário manifestar a importância que os bens comuns podem gerar. Esse autor ainda lança a ideia de que esses comuns podem ser usados para contrastar o poder do capital criando uma política anticapitalista.

Ao se pensar sobre o papel do Estado mediante a essa circunstância, é de extrema importância que o mesmo estabeleça de forma direta nesses comuns, a partir de leis, equipamentos coletivos, políticas públicas, entre várias outras estratégias que

estão sob seu domínio de forma a buscar garantir o direito à cidade a todos seus indivíduos.

É nesse contexto que a retomada de uma retórica e de uma teoria dos comuns adquire importância ainda maior. Se os bens públicos oferecidos pelo Estado diminuem ou se transformam em mero instrumento para a acumulação privada (como vem acontecendo com a educação), e se o Estado deixa de oferecê-los, então só há uma resposta possível, que é as populações se auto-organizarem para oferecerem-se seus próprios comuns [...] (HARVEY, 2014 p. 167).

No caso de Maringá, a cidade consecutivamente apresentou planos diretores, mas, estes em sua maioria, foram produzidos de acordo com os interesses do capital imobiliário desde sua colonização pela CMNP, como já retratado nessa pesquisa. Assim sendo, o Estado ao mesmo tempo em que deveria direcionar a base da produção do espaço urbano acaba dando alvará aos grandes agentes do mercado para moldarem uma cidade fragmentada.

Nesse sentido, Neves (2015) sinaliza que para corrigir essas desigualdades geradas nos recursos direcionados aos serviços públicos nas distintas áreas da cidade, é necessário capturar a efetivação de equipamentos públicos urbanos de maneira mais eficaz em termos de garantia, como resguarda a Lei Federal n. 6.766, de 1979, que sistematiza o solo urbano e sinaliza o que são os equipamentos urbanos comunitários: “consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares” (art. 4º, § 2º).

Para exemplificar toda essa dinâmica, o capítulo a seguir destaca o distrito de Floriano, pertencente ao município de Maringá/PR. Com três conjuntos habitacionais implementados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, sua população aponta, a partir das entrevistas realizadas, uma falta de equipamentos públicos e privados no perímetro. Destacando assim, as questões anteriormente já comentadas nessa pesquisa.

3. A PERCEPÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO DISTRITO DE FLORIANO

O Distrito de Floriano, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, apresentava 589 moradias permanentes, uma população de 1.875 pessoas, com densidade demográfica de 3,18. Entre os anos de 2011 a 2015 o distrito apresentou a criação de três conjuntos habitacionais referentes ao PMCMV, são eles: Conjunto Habitacional Pioneiro Gonçalo Vieira dos Santos (faixa 1), Conjunto Residencial Pioneiro José Israel Factori (faixa 2) e Conjunto Habitacional José Pires de Oliveira (faixa 2), cuja a soma da população compreende um total de 418 famílias beneficiárias com moradias (REIS, 2015). Se comparado ao total de domicílios permanentes já existentes em Floriano e o número de moradias construídas com o PMCMV, houve um aumento superior a 70% de moradias no distrito (figura 3).

De acordo com a (SEHABIS) de Maringá, foram construídas 1.950 unidades habitacionais para famílias com rendimentos de até R\$1.600,00 entre 2009 e 2015, deste total de moradias apenas 1.129 unidades envolveram diretamente recursos de fontes do MCMV [...] Se compararmos o total de unidades habitacionais construídas em Floriano (418), com o universo de moradias construídas para pessoas com rendimentos de até R\$1.600,00 no Município de Maringá através do (MCMV) entre 2009 e 2015 os conjuntos habitacionais construídos no distrito de Floriano representam pouco mais de 37% do universo (REIS, 2017, p. 94).

Nesse sentido, o distrito expandiu sua população, mas seus serviços básicos de infraestrutura como as escolas, creches, postos de saúde, entre outros equipamentos públicos e privados não chegaram juntamente com o novo contingente populacional. A ausência desses equipamentos leva os moradores dos conjuntos a se deslocarem até a área comercial do distrito ou até mesmo, ao centro urbano de Maringá, que fica em média, 18km de Floriano. Isso vai contra questões previstas na Constituição Federal e nas Diretrizes do Estatuto da Cidade que respaldam uma justiça social a todos os cidadãos quanto a sua qualidade de vida e desenvolvimento de atividades econômicas (BRASIL, 2001).

Figura 3: Moradias construídas pelo PMCMV em Florianó



Fonte: NUNES, L.F. 2019.

Terra urbana significa terra servida por infraestrutura e serviços (rede de água, rede de esgotos, rede de drenagem, transporte, coleta de lixo, iluminação pública, além dos equipamentos de educação, saúde, etc.). Ou seja, a produção da moradia exige um pedaço de cidade e não de terra nua. Há a necessidade de investimentos sobre a terra para que ela ofereça condições em situação de grande aglomeração (MARICATO, 2008, p. 119).

A primeira saída de campo ocorreu com o intuito de uma análise prévia do distrito em relação a todo seu entorno para entender como os conjuntos se especializavam. Essa observação iniciou-se desde o percurso viajado até se chegar ao distrito. Durante o trajeto na PR-317 nota-se a presença de vários vazios urbanos com propriedades privadas provenientes das plantações do agronegócio, além de lotes a espera de valorização. Ao entrar no distrito, pelo acesso a Estrada Bravin, verifica-se novamente um longo percurso de lotes vazios, propriedades rurais, a Estação Experimental de Piscicultura da Universidade Estadual de Maringá (CODAPAR/UEM) e a estação de tratamento de esgoto (SANEPAR).

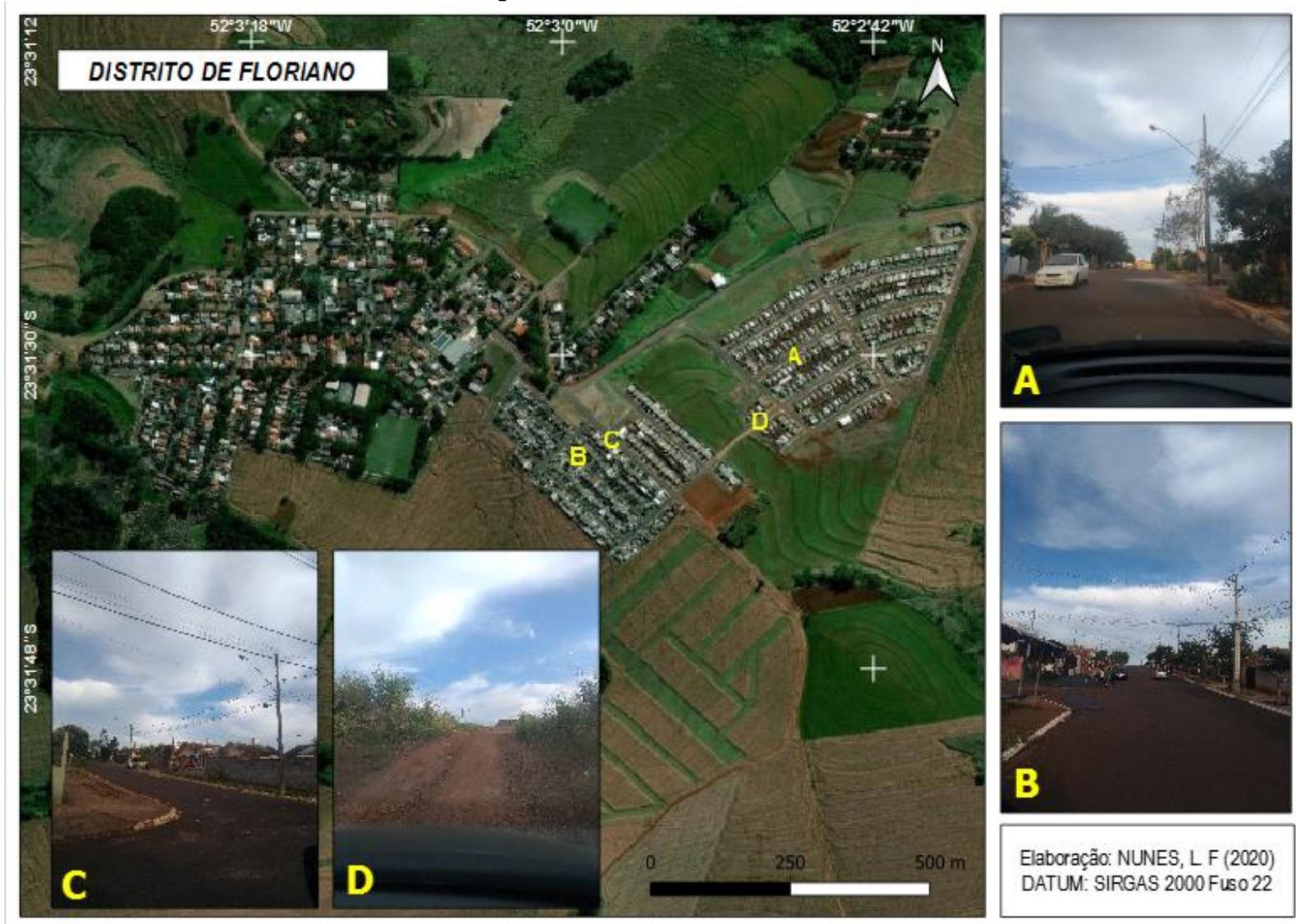
Ao chegar na estação, observa-se o primeiro conjunto, entretanto, o último a ser construído: Conjunto Habitacional Pioneiro Jose Pires de Oliveira. Com o término da sua construção em 2015, o conjunto conta com 232 moradias para a população de baixa renda (faixa 1). Nesse sentido, foi possível analisar, pela distribuição espacial, que essa região se manifesta como uma área de expansão, ou seja, a parte mais recente que se situa ao sul do distrito e, por esse motivo, o entorno e conseqüentemente o próprio conjunto habitacional, não expressavam infraestrutura.

Além disso, as áreas ao lado do conjunto habitacional também apresentam vazios urbanos, que são ocupados por propriedades privadas com culturas da região (soja, milho e trigo). Em direção a parte superior do conjunto, é onde estão instalados os dois outros empreendimentos provenientes do PMCMV: O Conjunto Habitacional José Israel Factori, sendo o segundo a ser construído com apenas 50 moradias entregues no início de 2015 e Conjunto Habitacional Pioneiro Gonçalo Vieira dos Santos, o mais antigo (2011), com 136 moradias edificadas. Deste modo foi necessária a intervenção do poder público municipal para viabilizar a instalação das moradias no local de acordo com a Lei Complementar nº 820/2010 Art.4ª onde:

As obras de infraestrutura urbana dos conjuntos habitacionais tratados nesta Lei, a serem executadas dentro do prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, independentemente da prestação de caução por parte dos loteadores, serão compostas por: I - abertura das vias de circulação; II - demarcação dos logradouros, quadras e datas; III - rede de distribuição de água potável; IV - rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública; V - rede de galerias pluviais; VI - rede coletora de esgoto sanitário; VII - pavimentação asfáltica, meio-fio e sarjetas; VIII - arborização e urbanização de canteiros (Lei Complementar nº 820/2010 Art.4ª).

Nesse sentido, também foi feita uma análise dos conjuntos em relação a infraestrutura. Em todos, as ruas entre as residências e de acesso são pavimentadas, apenas a parte que liga o Conjunto José Pires de Oliveira aos outros dois conjuntos que permanece sem pavimentação, como pode ser observado na figura 4 (foto D) que apresenta o distrito de Floriano. Nas áreas residenciais há arborização, calçadas e rede elétrica. Muitas casas já sofreram alterações como ampliação de cômodos, reformas e muros erguidos (foto A), principalmente nos conjuntos mais antigos devido ao tempo que já se passou desde sua construção em 2011 (foto C). As unidades habitacionais pertencentes ao segundo conjunto José Factori, estão situadas ao lado do conjunto habitacional Pioneiro Gonçalo Vieira dos Santos, apenas separadas pela Avenida Antônio Santiago Gualda (foto B). Isso destaca a dinâmica de construção de conjuntos habitacionais em uma mesma área.

Figura 4: O distrito de Floriano/PR



Fonte: NUNES, L. F. N., 2020.

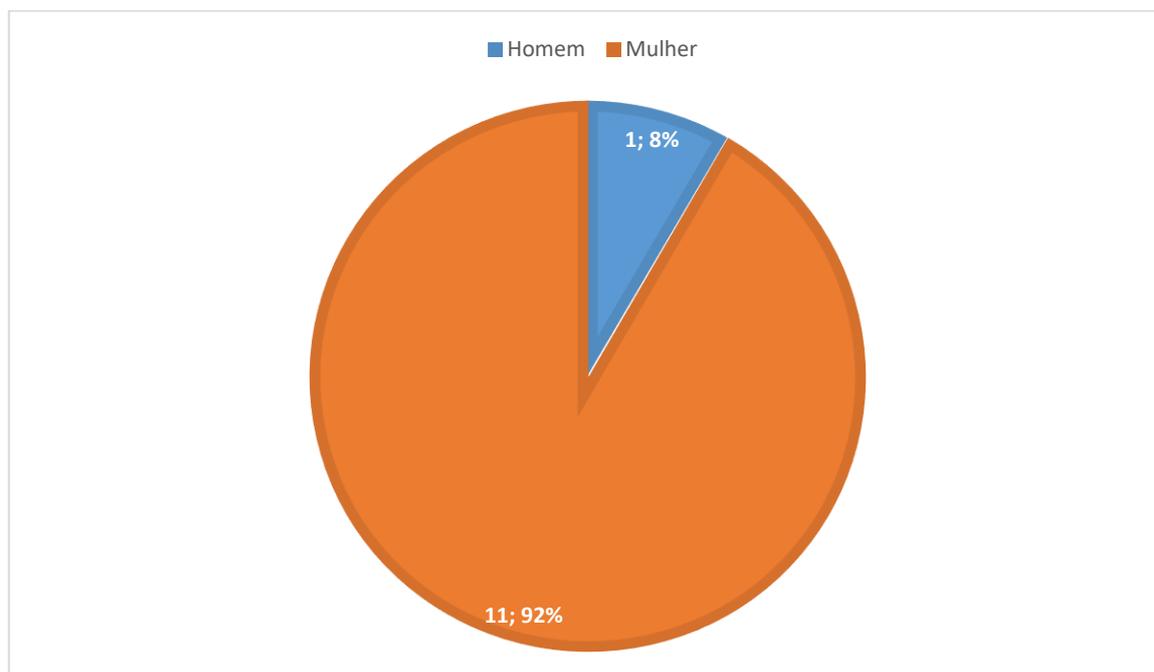
Com a Lei Complementar nº 820/2010, esse tipo de implementação fica situacionada pelo governo municipal e viabiliza a configuração desses conjuntos na mesma área, ou seja, nos distritos. Essa dinâmica evidencia a hipótese de que o programa habitacional em Maringá está destinado à especulação imobiliária, pois os conjuntos foram edificados na mesma área e como também já enfatizado e apresentado na figura 3, próximos as áreas rurais do distrito. Isso ressalta a interface da segregação socioespacial onde o terreno, enquanto um objeto da produção do espaço urbano da cidade, é moldado de acordo com os interesses dos agentes do mercado, buscando uma futura valorização de determinados espaços.

Além da análise espacial, também houve uma conversa com os moradores, para capturar a dimensão imaterial do indivíduo, que é realocado para uma nova área onde não encontrará suas antigas relações afetivas e subjetividade, sendo necessário recriar sua lugariedade (SOUSA, 2013). Foi desenvolvido um questionário com 21 perguntas (Anexo 1) que visam identificar os sentidos de lugar estabelecidos por SOUZA (2013), TUAN (2013) e SANTOS (2008). Esse questionário foi aplicado por três dias e em forma de entrevista com doze moradores dos três conjuntos existentes em Floriano.

Essas entrevistas aconteceram de forma aleatória, onde a pesquisadora transitava pelas ruas dos conjuntos e conversava com os moradores que estavam em suas casas. Entretanto, alguns desses moradores não foram entrevistados, pois a pesquisa tem como base a entrevista com os proprietários das moradias e foram encontrados moradores que vivem nos conjuntos de aluguel. Uma prática contrária ao regulamento do programa.

Dessa forma, dividindo as entrevistas por conjuntos, obteve-se cinco entrevistadas no Conjunto José Pires de Oliveira, quatro entrevistadas no Conjunto Pioneiro José Israel Factori e três entrevistados no Conjunto Gonçalo Vieira dos Santos. A média de idade dos entrevistados é de 44 (quarenta e quatro) anos, onde as idades variaram de 30 (trinta) a 65 (sessenta e cinco) anos. De todas as pessoas que responderam o questionário, apenas uma era homem (8%), ou seja, foram onze mulheres que concederam a entrevista (92%) como pode ser observado no gráfico 3. E isso só foi possível, pois o homem de 45 anos estava trabalhando como pedreiro na casa de uma das entrevistadas.

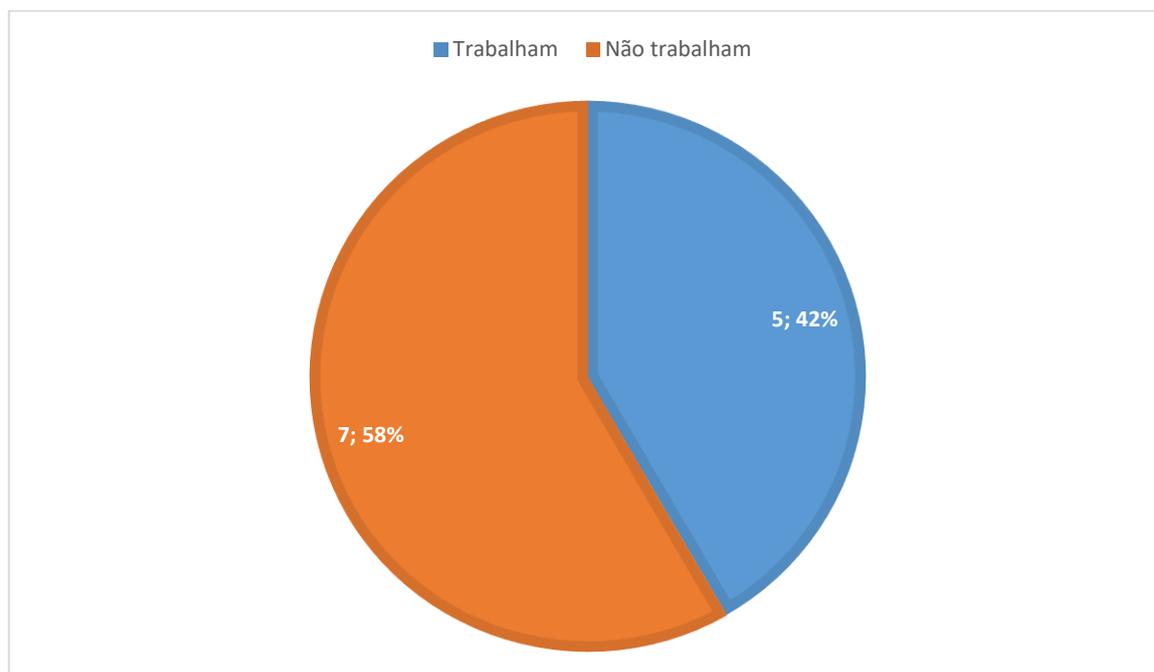
Gráfico 3: Gêneros dos entrevistados.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Organização: Nunes, L. F., 2019.

Essa situação chama-nos a atenção pelo fato de sete mulheres, cerca de 58% (gráfico 4) responderem que não trabalham, ou seja, por este motivo foi possível encontra-las em suas residências. Cinco pessoas responderam trabalhar dentro do bairro e/ou fora (em Maringá), caso do homem de 45 (quarenta e cinco) anos, pedreiro autônomo e de outras quatro mulheres onde uma dispõe seu salão dentro da residência e as outras três que puderam responder o questionário devido ao horário, pois tinham acabado de voltar do trabalho no momento em que foram entrevistadas.

Gráfico 4: Porcentagem dos entrevistados que trabalham e não trabalham.

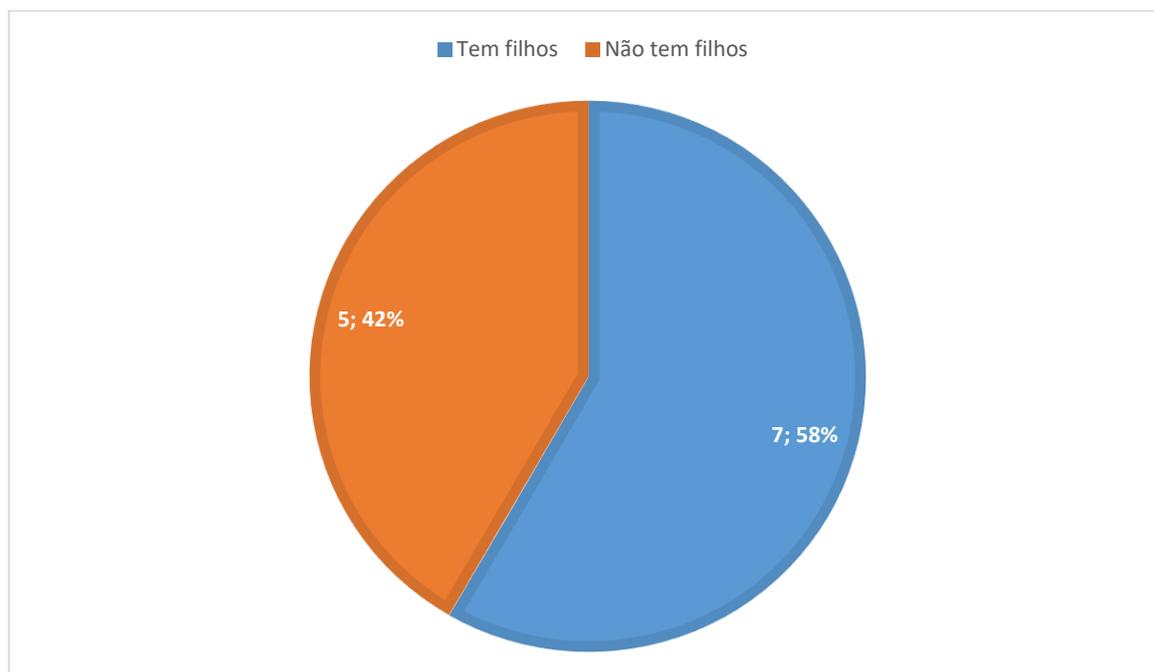


Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Organização: Nunes, L. F., 2019.

Outro ponto que também pode ponderar a questão da maioria das mulheres não trabalharem é o fato de que sete delas alegarem ter filhos (gráfico 5). Foram constatados ao todo, doze filhos que moram com as pessoas entrevistadas, ou seja, a maioria tem mais de um filho na residência. A média de idades de filhos é de 11 anos, onde o filho mais novo tem 1 (um) ano e o mais velho 38 (trinta e oito) anos. Como o distrito não desfruta de creches e existe apenas uma escola que não é de período integral, as mães, possivelmente, acabam abdicando do trabalho para cuidar dos filhos menores, permanecendo para outra pessoa residente na casa, o encargo da renda familiar.

Tem-se aqui, portanto, um manifesto referente a questão da desigualdade territorial no distrito. O fato de Floriano não apresentar até hoje, depois de oito anos que o conjunto mais velho foi inaugurado, novos equipamentos públicos para suprir as necessidades da população que lá reside, pode acabar privando alguns moradores de exercerem seu lado profissional por, por exemplo, precisarem voltar seu olhar em aspectos familiares.

Gráfico 5: Entrevistados que tem ou não filhos morando na residência.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Organização: Nunes, L. F., 2019.

Para entender de onde vieram os moradores dos conjuntos, a primeira pergunta do questionário se baseia no bairro que o indivíduo morava antes de residir em Floriano. Posteriormente, é perguntado o tempo que a pessoa morou nesse bairro. Essas perguntas foram fundamentais no trabalho de Souza (2013) pois, por mais que as pessoas não tivessem suas próprias residências no antigo bairro, a questão da lugaridade também foi estabelecida conforme suas relações afetivas eram desenvolvidas nesses lugares.

O capitalismo contemporâneo, que impessoaliza, atomiza e massifica, também gera reações psicológicas como a necessidade de familiarizar-se (ou mesmo apegar-se) a certos espaços – tornados, assim, lugares -, por mais que a vivência deles traga as marcas a velocidade e da falta de intimidade. Para além da óbvia dependência humana do espaço enquanto materialidade (substrato), e também para além da necessidade de construção de territórios, há uma visceral necessidade psicológica de “lugarização”, de tornar familiares e dotar de significado e carga afetiva as porções do espaço com quais mais interagimos. Parece vital ou quase vital, assim, pelo menos para a esmagadora maioria de nós, construir um “lar”, mesmo nas situações mais precárias e improváveis, como um cantinho embaixo de um viaduto ou uma cela de prisão (SOUZA, 2013 p. 124).

De acordo com os dados coletados nas entrevistas, sete pessoas vieram de outros bairros de Maringá. São eles: Jardim Borba Gato, Vila Esperança, Vila Santa Isabel, Vila Morangureira, Jardim Alvorada, Parque Itaipu e uma mulher que estava morando em Floresta quando ela e o marido foram contemplados com a moradia.

Entretanto, uma questão chamou a atenção nas entrevistas, o restante dos entrevistados, ou seja, 42% das pessoas já residiam no distrito de Floriano. Três mulheres que viviam em sítios (parte rural do distrito) e outras duas que moravam na área urbana de Floriano, mas todas mantinham-se em casas alugadas.

Esse dado foi contrário a hipótese criada no início da pesquisa de que todos os moradores beneficiados com a política pública habitacional vieram de outros bairros de Maringá. Dessa maneira, percebeu-se que a relugarização aconteceu sim para todos nos moradores, entretanto em níveis diferentes, pois várias pessoas já apresentavam uma certa identidade com o lugar, por anteriormente residirem de aluguel no próprio distrito de Floriano.

Ainda para entender a questão da lugaridade defendida por Souza (2013) foi perguntado aos entrevistados se eles sentiam falta do antigo bairro e por qual motivo, pois apesar dos moradores não viverem mais nestes lugares, o seu significado e valor, perduraram consigo. O sentimento criado e desenvolvido em determinado lugar não fica restringido ao mesmo, pois isto não é uma questão material apenas. Nesse sentido, o autor traz a questão dos “níveis de lugaridade”, já que não existe uma escala específica para o lugar. Ela é medida de acordo com a relação que o indivíduo tem e/ou teve com os lugares, seja ela boa ou ruim, sentida, imaginada ou recriada.

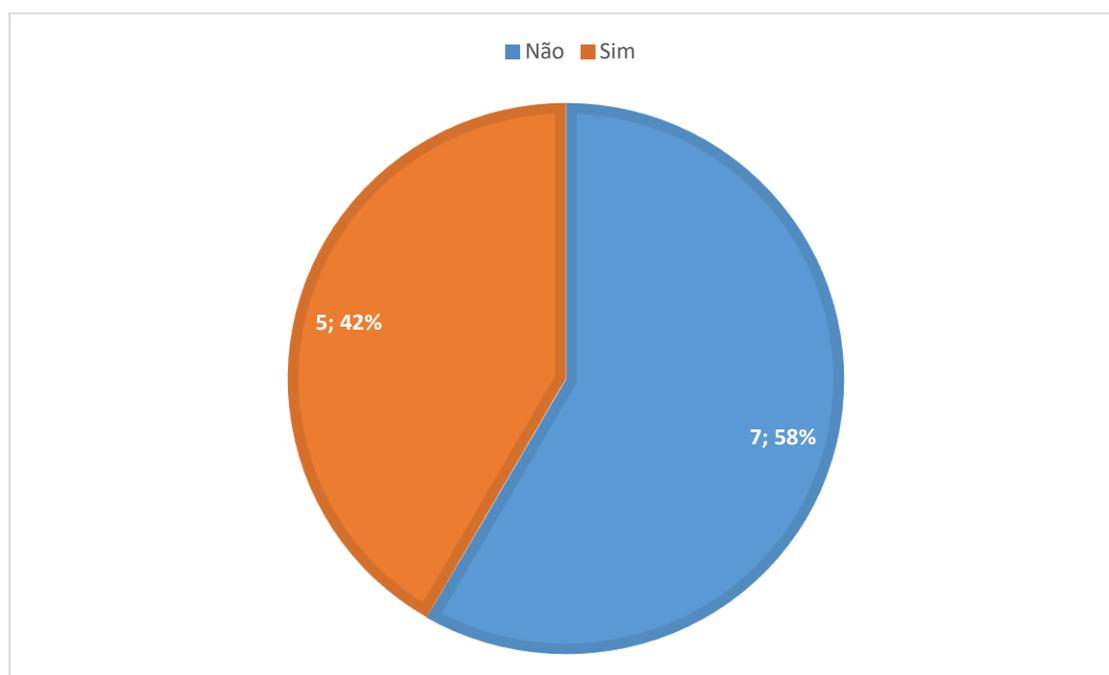
[...] os “níveis de lugaridade” se alteram de acordo com a posição *insider* ou *outsider*, de acordo com o passar no tempo e as mudanças de vida, que fazem com que o mesmo espaço seja visto de modos distintos (ou seja, “é” e “não é” mais o mesmo lugar); de acordo com a posição de classes, com o gênero, e assim segue. ” (SOUZA, 2013, p. 128).

Das sete pessoas que saíram de outros lugares de Maringá, cinco pessoas responderam sentir falta do antigo bairro. Três delas apontaram que a falta se baseia na questão do comércio, já que os lugares apresentavam uma praticidade em relação a dispersão dos equipamentos públicos e privados pelos bairros. Uma mulher retratou sentir falta porque “[...] era gostoso e bem sossegado” (Moradora, 32 anos). Outra moradora ainda assinalou a questão das amizades, como retratado no diálogo a seguir:

“Ah tem hora que dá saudade né. Bastante amigo que deixou lá [...] meu marido também deixou muita amizade boa lá sabe? Deixou saudade mesmo. Ele, nossa, no começo aqui ele disse que sentiu muita falta...na mudança...ele participava de grupo na comunidade, grupo de crisma e cantava no coral da igreja. E aí, veio para cá que é mais longe...e tem todo o primeiro domingo do mês tem aqui no salão aí a gente vai. Nossa ele achou muita diferença e eu também que eu deixei bastante amiga boa lá né. ” (Moradora, 64 anos).

As outras sete pessoas apontaram não sentir falta (gráfico 6). Duas delas, que residiam em outro bairro, disseram que apenas no começo, quando mudaram, sentiram falta, mas depois se acostumaram ao bairro. E, as outras cinco, apontaram não sentir falta, pois já moravam no distrito de Floriano.

Gráfico 6: Moradores que sentem ou não falta do antigo bairro.

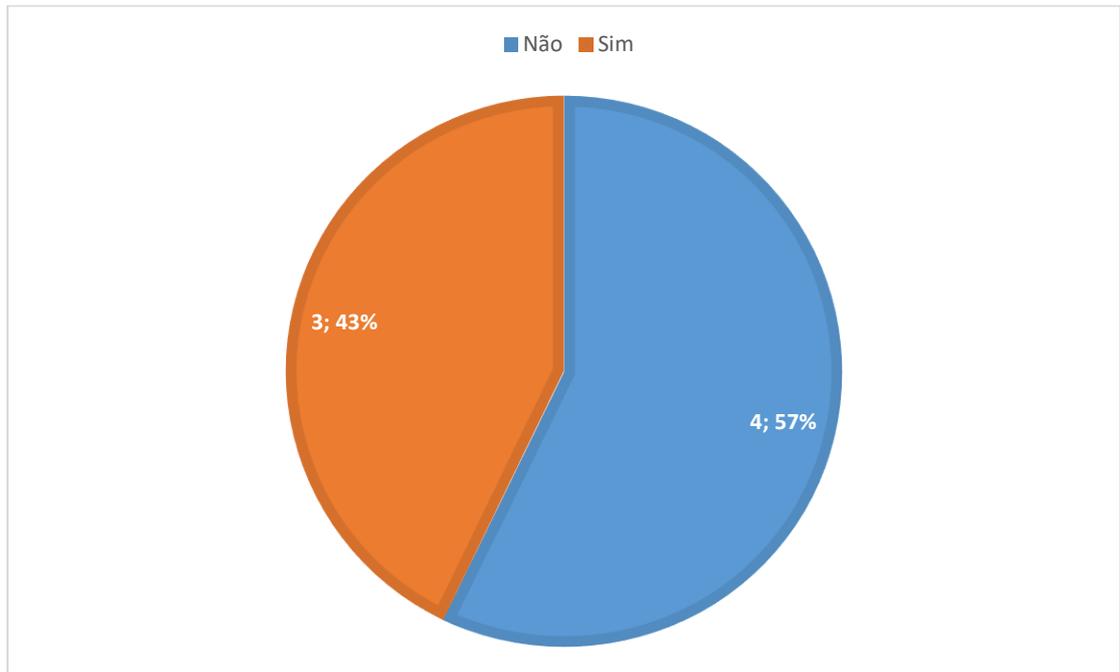


Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Organização: Nunes, L. F., 2019.

Esses dados, podem estar relacionados com os “níveis de lugaridade” anteriormente tratados por Souza (2013). Dependendo da situação atual do indivíduo, ele pode visualizar seu antigo lugar como melhor ou pior. No caso aqui estudado, pela área onde se localizam os conjuntos em não apresentar equipamentos públicos e privados, alguns moradores apontaram sentir falta de outros lugares que dispunham desses investimentos, mesmo que naquele bairro não possuíssem o próprio imóvel.

Para entender se esses moradores que sentem falta de algo nos antigos bairros buscam retornar aos seus lugares, afim de suprir essa ausência, foi perguntado se ainda frequentam esses ambientes. Dos sete entrevistados que não moravam em Floriano, três deles dizem frequentar sim seus antigos bairros e quatro responderam que não frequentam (gráfico 7).

Gráfico 7: Moradores que ainda frequentam ou não o antigo bairro.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Organização: Nunes, L. F., 2019.

Essa questão pode estar mais relacionada as amizades e familiares que possivelmente ainda vivem nesses bairros e, por esse motivo, voltam para visitá-los. Caso relatado por uma mulher que destacou: *“Vou, de vez em quando eu vou lá. Tenho amiga lá que, de vez em quando, vou lá. Refrescar um pouco a cabeça. Tem que sair.”* (Moradora, 64 anos).

Além da lugarização foi necessário que houvesse esses moradores a *relugarização*, também descrita por Souza (2013), ou seja, a partir do momento em que receberam a casa própria e se mudaram para Floriano precisam recriar novamente seus laços afetivos no novo lugar. O autor retrata que “[...] “relugarizar”, isso passa pela atribuição de novos significados aos espaços (ou melhor, aos lugares, já que se trata de ressignificar um espaço já dotado de significado).” (Souza, 2013, p.125). Dessa forma, isso também ocorreu, mas em menor intensidade, com os moradores que já se encontravam em algum lugar do distrito. Evidenciando ser preciso reconstruir suas relações, nesta ocasião, no conjunto que seu imóvel foi contemplado.

Com o intuito de assimilar os contrastes existentes entre os bairros, do ponto de vista dos moradores, foi questionado aos mesmos se existe diferença entre o lugar anterior e o atual. Com essa pergunta, podemos mensurar no indivíduo a sensação

de desigualdade no indivíduo sobre a segregação socioespacial que lhe é colocada. Para Corrêa (2004, p. 59), “o primeiro processo de segregação urbana é o da segregação residencial, que é definida como sendo uma concentração de tipos de população dentro de um dado território”. Dessa maneira, temos a performance dos espaços desiguais dentro da malha urbana que moldam as diferentes populações, guiadas por um mercado imobiliário e fundiário, de acordo com seus diferentes níveis de renda.

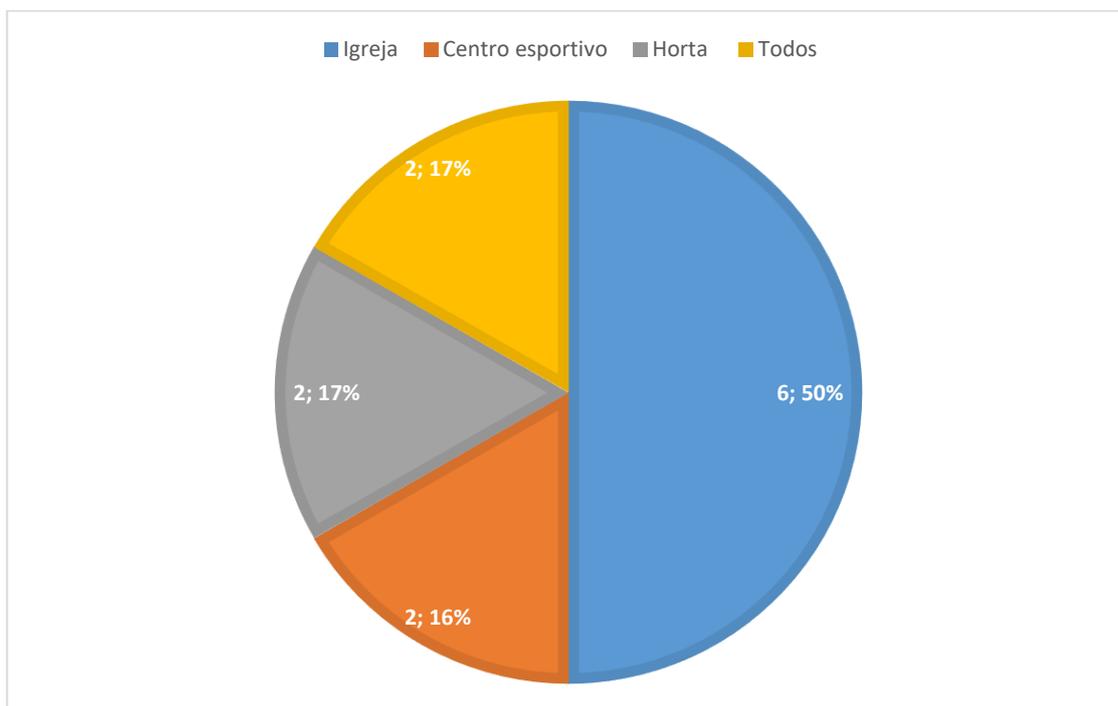
Todos as sete pessoas que moravam fora do distrito disseram que sim, principalmente na questão de infraestrutura e no comércio. As três pessoas que residiam na área rural de Floriano também apontaram diferenças como a casa no sítio que era de madeira e a questão de que a área rural não dispõe das mesmas características da área urbana. As outras duas mulheres que já moravam na parte urbana do distrito não apontaram diferenças.

“Tem né. Lá tem bastante comércio. Oh, serviço de banco é em Maringá, lotérica, mercado grande, posto de gasolina...Tudo em Maringá. Embora o Cidade Canção aqui do Fim da Picada pertence aqui né, Floriano, mas “tá longe” (Moradora, 37 anos).

Diante das falas, expressou-se também a desigualdade territorial vivenciada pelos indivíduos. A diferenciação entre os bairros da cidade referente as deficiências nos atendimentos públicos e privados no distrito dificultando o acesso à cidade desses moradores com menor poder aquisitivo. Acabam tornando-se dependentes do transporte coletivo para se deslocarem aos grandes centros em busca das suas necessidades básicas do cotidiano.

Apesar da falta de equipamentos, o distrito de Floriano possui alguns lugares de lazer dispersos pela comunidade como igrejas, praça, centro esportivo, horta comunitária e a unidade de atendimento da assistência social. A presença dessas unidades é de grande importância para que as pessoas possam se reunir e estabelecer suas relações afetivas, assim como se familiarizar com o lugar em que vivem. A pesquisa buscou então, compreender se os moradores frequentavam esses espaços. Dos doze moradores entrevistados, apenas dois disseram não frequentar nenhum destes lugares. Os demais utilizam um ou mais espaços como apresentado no gráfico 8.

Gráfico 8: Lugares que mais frequentam.



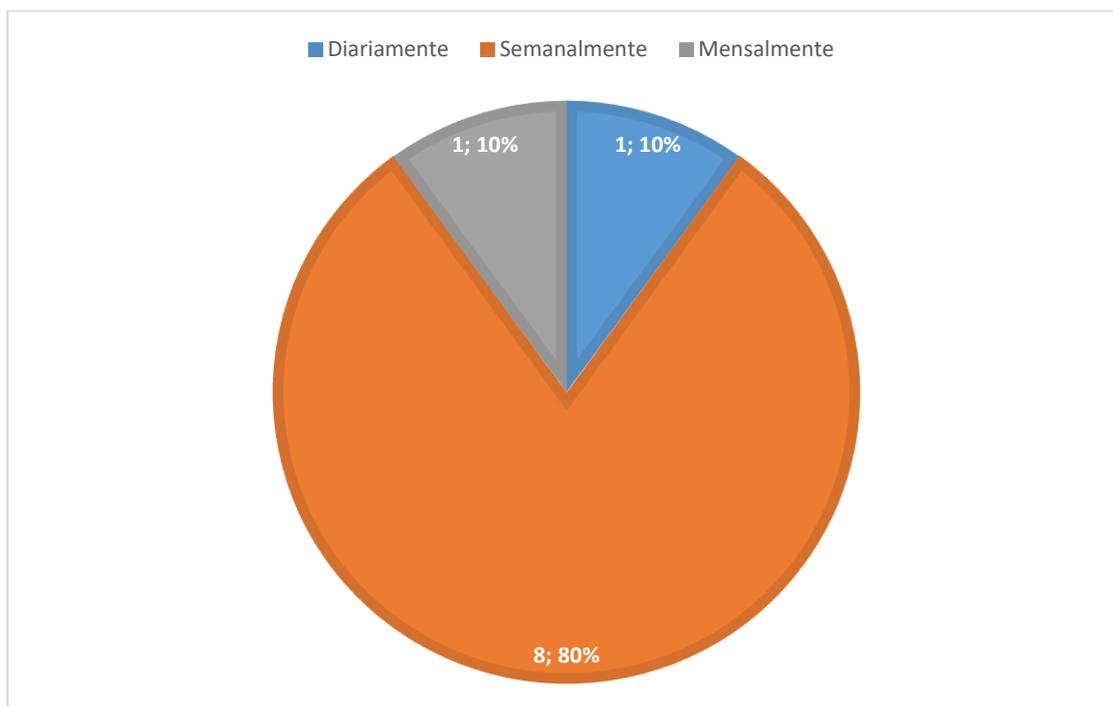
Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Organização: Nunes, L. F., 2019.

Como pode ser observado, metade dos lugares assinalados pelas pessoas são as igrejas e posteriormente os outros lugares com 17%. Além disso, 80% dos moradores dizem frequentar semanalmente os lugares assinalados, 10% responderam diariamente e também 10% mensalmente como apresentado no gráfico 9.

Nota-se se que a maioria dos moradores buscam usufruir dos poucos pontos de convívio coletivo existentes no distrito. São nessas áreas que se torna possível a relação de *comunalização* relatada por Harvey (2014) em conjunto com bens comuns urbano que são produzidos pelos próprios cidadãos.

Existe, de fato, uma prática social de *comunalização*. Prática que cria ou estabelece uma relação social com o comum cujos usos sejam tanto exclusivos de um grupo social quanto parcial ou totalmente abertos a todos. No cerne dessa prática de *comunalização* encontra-se o princípio de que a relação entre o grupo social e o aspecto do ambiente tratado como um comum será tanto coletiva quanto não mercantilizada - para além dos limites da lógica das trocas e avaliações de mercado. Esse último ponto é crucial, pois ajuda a distinguir entre bens públicos, entendidos como gastos produtivos do Estado, e um comum estabelecido ou usado de maneira totalmente diferente e com uma finalidade totalmente diferente, mesmo quando acabe fomentando indiretamente a riqueza e o lucro do grupo social que o reivindica. Desse modo, uma horta comunitária pode ser vista como uma coisa boa em si mesma, quaisquer que sejam os alimentos nela produzidos. Isso não impede que parte deles seja comercializada (HARVEY, 2014, p. 145).

Gráfico 9: Com que frequência?

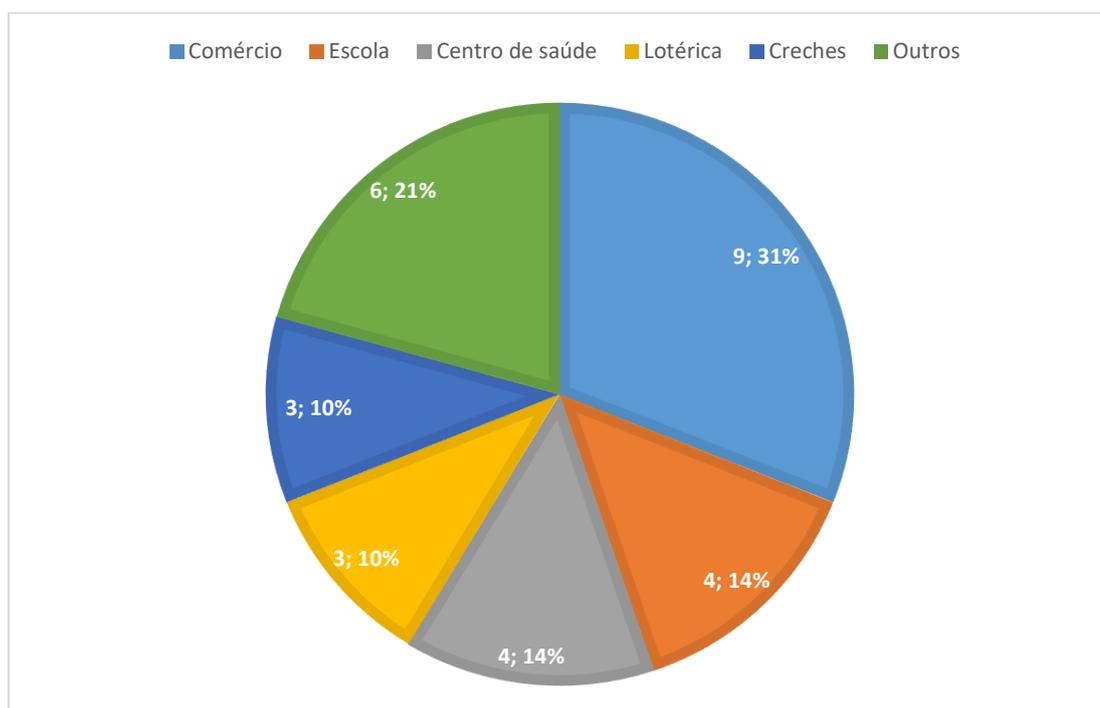


Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Organização: Nunes, L. F., 2019.

Entretanto, esses espaços não substituem a falta dos equipamentos públicos e privados no cotidiano das pessoas. Nesse sentido, para entender as necessidades dos moradores a questão 8 (oito) do questionário abordava quais investimentos encontram-se em insuficiência nos conjuntos habitacionais e no distrito como um todo. De acordo com o gráfico 10, é possível constatar que o comércio, de uma forma geral, é o que mais sobressaiu dentre as respostas de nove moradores (31%), (foram levantadas as questões de lotéricas, creches, praças, farmácia, posto de gasolina e supermercado) seguidos de dois equipamentos públicos onde quatro pessoas (14%) apontaram escolas e um centro de saúde para o distrito.

Esses dados, destacam mais uma vez questões de desigualdade territorial e justiça espacial no distrito. Empreendimentos habitacionais que demonstram a influência do mercado imobiliário e que operam na contramão da política de direito à cidade, pois são edificados em áreas propícias a expansão do perímetro para que haja valorização do solo dessas zonas futuramente. Assim, a política habitação se faz existente, mas não se concretiza juntamente com os demais fatores necessários para o bem-estar da população, como por exemplo, os equipamentos públicos.

Gráfico 10: Em sua opinião, o que faz falta no dia a dia dos moradores?



Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Organização: Nunes, L. F., 2019.

Além disso, é provável que os indivíduos, ao sinalizar estes equipamentos, apresentavam algum contato direto ou indireto com os mesmos em seus bairros antigos. Portanto, essa questão dos equipamentos acaba tendo uma importância significativa, pois o morador consegue observar a desigualdade territorial entre distintas localidades do município.

Na análise espacial realizada nos conjuntos havia, até o momento que esta pesquisa foi produzida, apenas uma execução de infraestrutura sendo realizada como por ser observado na figura 8. A mesma se refere a uma área de lazer para os moradores com o prazo de 120 dias para a execução. Entretanto, não consta na placa a informação da data de início e, portanto, a obra aparentava estar paralisada.

Figura 5: Placa da obra "Meu campinho"

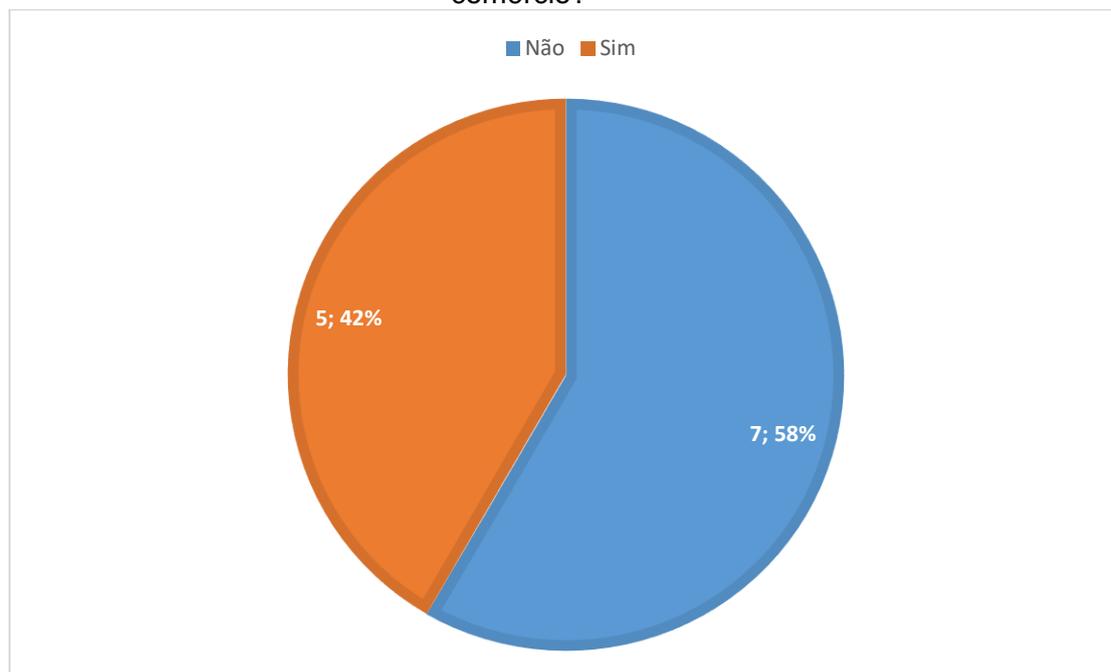


Fonte: Nunes, L. F, 2019.

Dando sequência ao assunto, a questão 9 (nove) do questionário buscou atingir as questões de infraestrutura desses bairros. Como pode ser observado no gráfico 11, todas as sete pessoas que saíram de bairros em Maringá disseram que os mesmos apresentavam mais infraestrutura que os conjuntos onde residem atualmente. As outras cinco pessoas já moravam em Floriano e por esse motivo não houve comparação.

Esses dados comprovaram a questão anteriormente tratada sobre a noção e vivência do indivíduo ao detectar a desigualdade territorial em seu atual espaço. Antes, morando em determinada área havia e utilizava equipamentos, entretanto agora em outra, aponta uma falta e a necessidade desse fornecimento.

Gráfico 11: O antigo bairro era mais bem servido de infraestrutura pública e comércio?



Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Organização: Nunes, L. F., 2019.

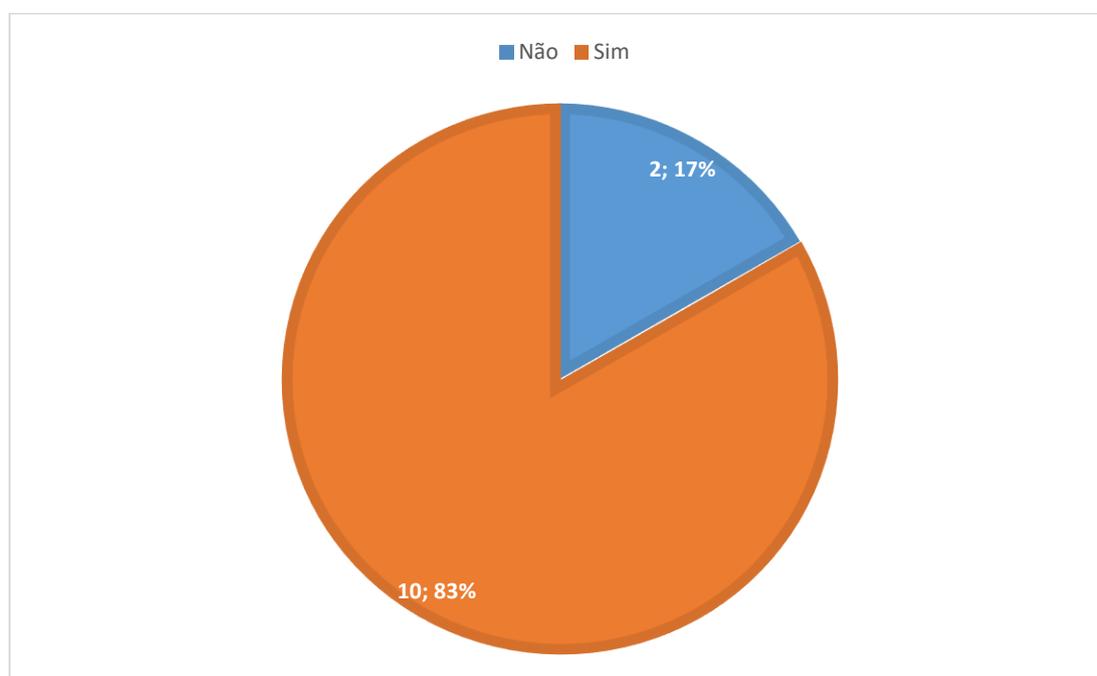
Essa percepção que o indivíduo cria nos lugares nada mais é do que sua vivência neles. Ao sair para trabalhar, ir ao supermercado, no passeio com a família nas horas livres, na conversa com o vizinho, ou seja, nas suas trocas simbólicas dotadas de significado (Souza, 2013) e na construção da sua topofilia (Tuan, 1980).

Para o usuário, o uso é o modo de reconhecimento ambiental e a lembrança que dele conserva é, antes de tudo, uma predicação do ambiente. Esta predicação ambiental conservada, lembrada pelo usuário, substitui o próprio espaço e confere ao uso um caráter de permanência cotidiana e rotineira (FERARA, 1999, p. 21)

Ao relugarizar-se o indivíduo precisa recriar, em um ambiente diferente, todo seu cotidiano, além de reorganizar sua rotina, seu caminho para o trabalho e, dessa forma, buscando uma nova lugaridade. Além disso, a nova adaptação pode causar diversos sentimentos nessas pessoas. Sentimentos bons, principalmente pelo fato de encontrar-se em um lar devidamente seu. Mas também outros sentimentos podem se manifestar: um estranhamento, saudades dos lugares e de pessoas, como também uma possível rejeição do lugar. Para isso, buscou-se compreender o sentimento de mudança para os moradores. De acordo com o gráfico 12, dez moradores apontaram sentir diferença na transição do bairro antigo para os atuais conjuntos onde residem

em diversos aspectos: “Ah sim, senti muita diferença. A casa mesmo não tinha muro e a rua era de barro logo que mudamos. ” (Moradora, 40 anos); “Sim, senti muita diferença. Até prestadores de serviço têm resistência em vir para cá. ” (Moradora, 42 anos). Todos que vieram de outros bairros como também os que saíram da zona rural do distrito. “Ah sim, é diferente lá da área rural. Aqui tem mais infraestrutura. ” (Moradora, 39 anos). Apenas as duas mulheres que já residiam na zona urbana de Floriano apontaram não sentir diferenças. Isso pode estar relacionado a falta de investimentos na área.

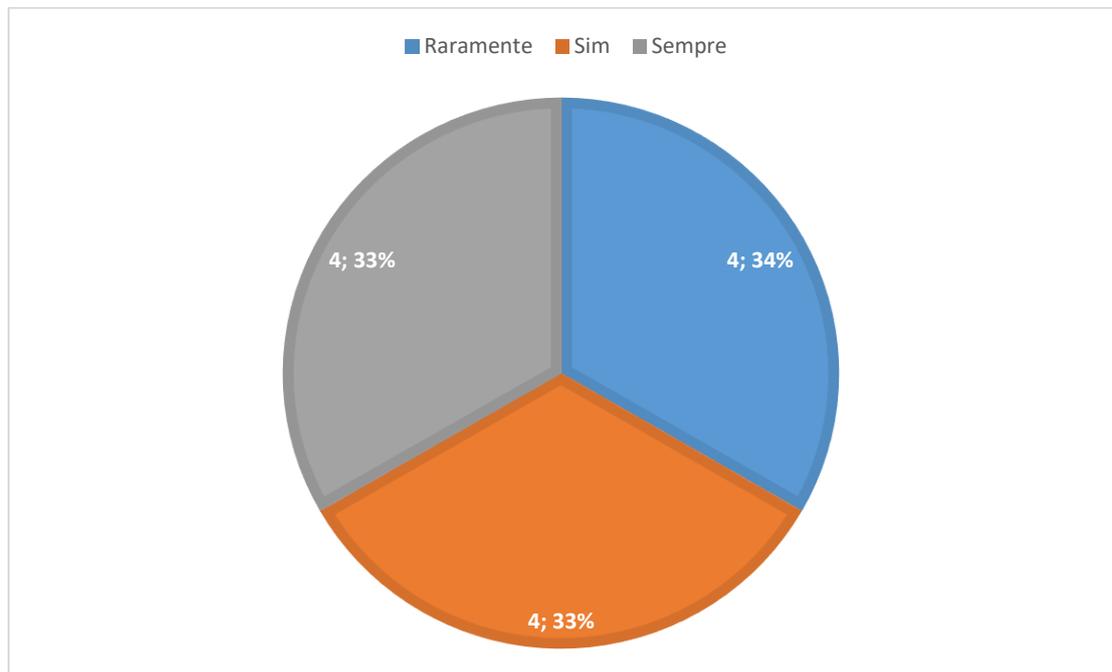
Gráfico 12: Moradores que sentiram diferenças ou não ao se mudarem.



Fonte: Trabalho de campo, 2019
Organização: Nunes, L. F., 2019.

As relações sociais dão sentido ao lugar que não pode ser caracterizado apenas como material. São nessas trocas de afinidades que a lugariedade se constrói. A vivência no bairro com os outros moradores é parte essencial para essa construção. Por isso, também foi abordado no questionário a relação que os moradores têm com seus vizinhos. A primeira pergunta sobre o assunto tratou apenas se existe uma comunicação entre eles. Como pode ser observado do gráfico 13, todos apontaram um diálogo entre vizinhos, entretanto em intensidades diferentes. Quatro (33%) pessoas disseram conversar raramente, quatro (34%) disseram que há sim um diálogo e outras quatro (33%) que estão sempre em contato com seus vizinhos.

Gráfico 13: A frequência que os moradores conversam com os vizinhos.

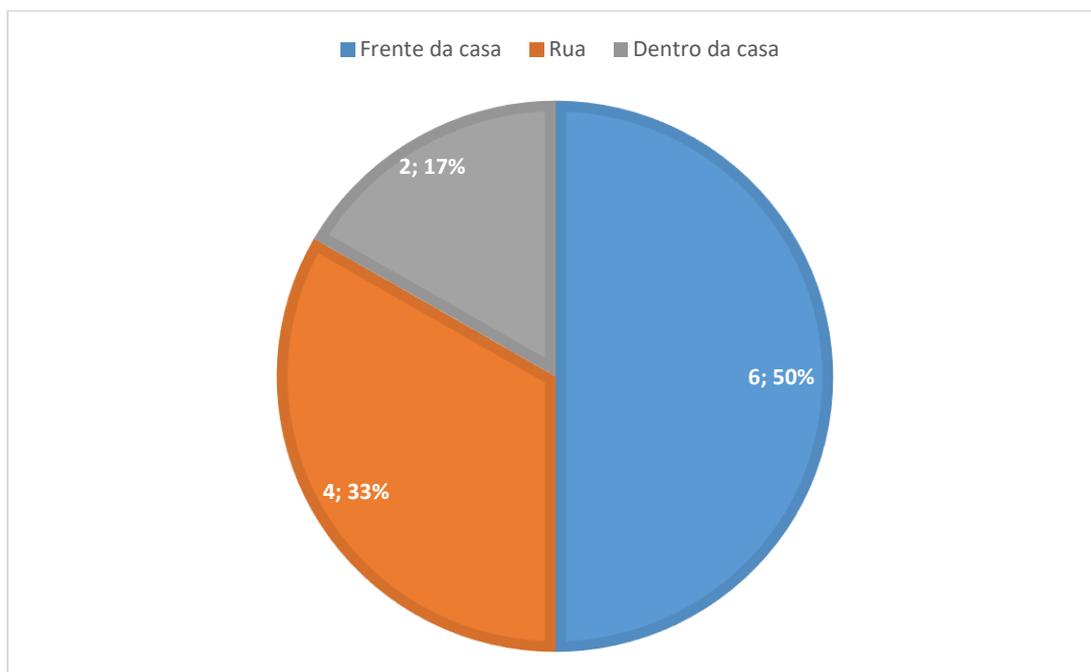


Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Organização: Nunes, L. F., 2019.

Posteriormente, foi perguntado onde ocorria essa conversa. As respostas também foram diversificadas, como pode ser observado no gráfico 14. Seis moradores retrataram que conversam em frente às casas, na calçada. Três pessoas contaram que conversam quando se encontram na rua, pelo bairro. E, outras duas moradoras disseram que frequentam a casa dos vizinhos, pois os consideram amigos.

“Sim, eu gosto de conversar. De cumprimentar, sabe? Não sei passa perto de uma pessoa sem cumprimentar [...] tem muito vizinho bom aqui. A gente conversa aqui na frente, na calçada.” (Moradora, 64 anos)

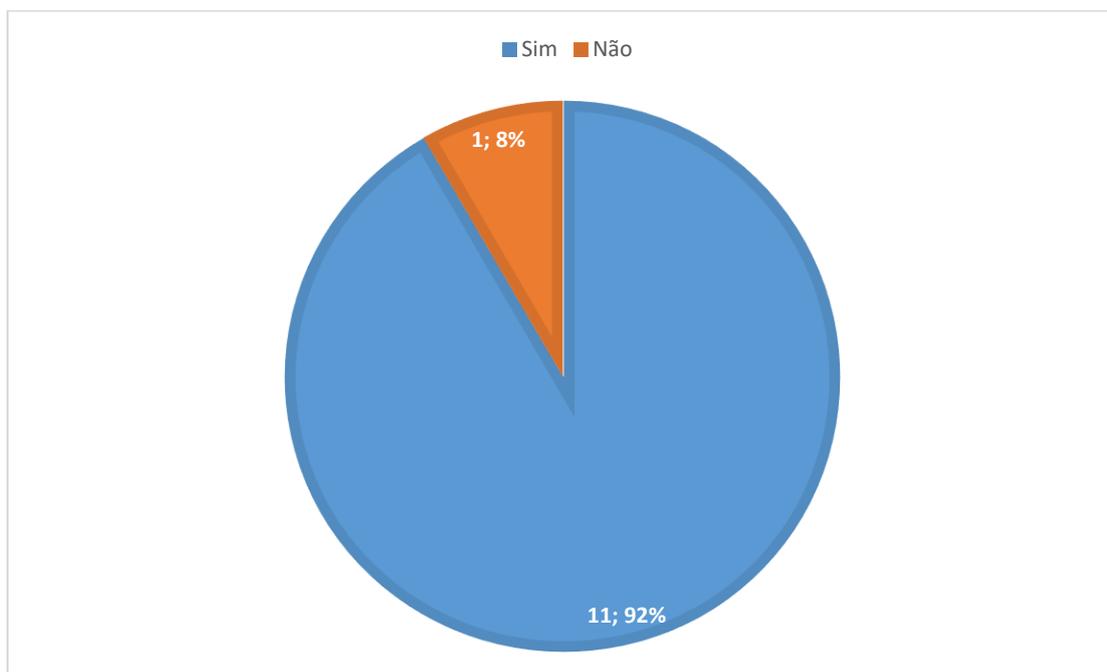
Gráfico 14: Onde ocorre a conversa com os vizinhos.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Organização: Nunes, L. F., 2019.

Houve também o cuidado de entender se as relações afetivas dos moradores com os vizinhos e/ou amigos agora, mais distantes, permaneceu. Dessa forma, onze moradores responderam que ainda mantém contato com pessoas que residem nos antigos bairros, como pode ser observado no gráfico 15. Constatou-se que onze pessoas (92%) ainda perduram suas relações com familiares e amigos. Apenas uma mulher (8%) relatou não manter mais contato.

Gráfico 15: Moradores que mantem contato com amigos e familiares do bairro antigo.



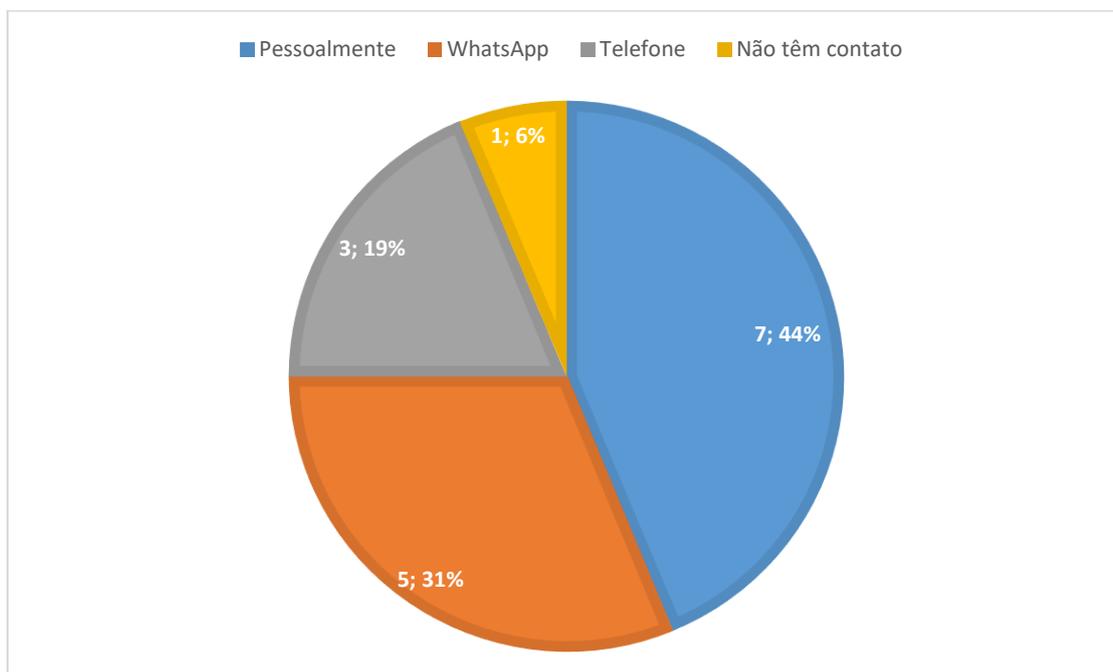
Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Organização: Nunes, L. F., 2019.

Como já havia sido informado por alguns moradores que eles ainda frequentam seus antigos bairros, esse contato com as pessoas provavelmente poderia acontecer pessoalmente. Nesse sentido, para confirmar a hipótese, e também, compreender se esta relação acontecia por outros meios de comunicação, como os meios digitais, foi abordado de que maneira ocorriam. Conforme previsto e observado no gráfico 16, das onze pessoas que responderam manter contato o fazem pessoalmente (44%). O uso do aplicativo de comunicação WhatsApp também foi configurado como um meio de contato bastante utilizado (31%), além do telefone para ligações (19%). Um morador não utiliza de nenhum dos meios, pois não mantém contato.

“Tem uma amiguinha minha lá, tadinha, até “tava” meio doente...Fiz duas visitas, fui em uma depois fui na outra [...] Aproveitei o dia e fui lá fazer uma visita para elas. E dei muita risada com minha amiga e é assim” (Moradora, 64 anos).

Gráfico 16: Meios que moradores mantêm contatos com os amigos e familiares.



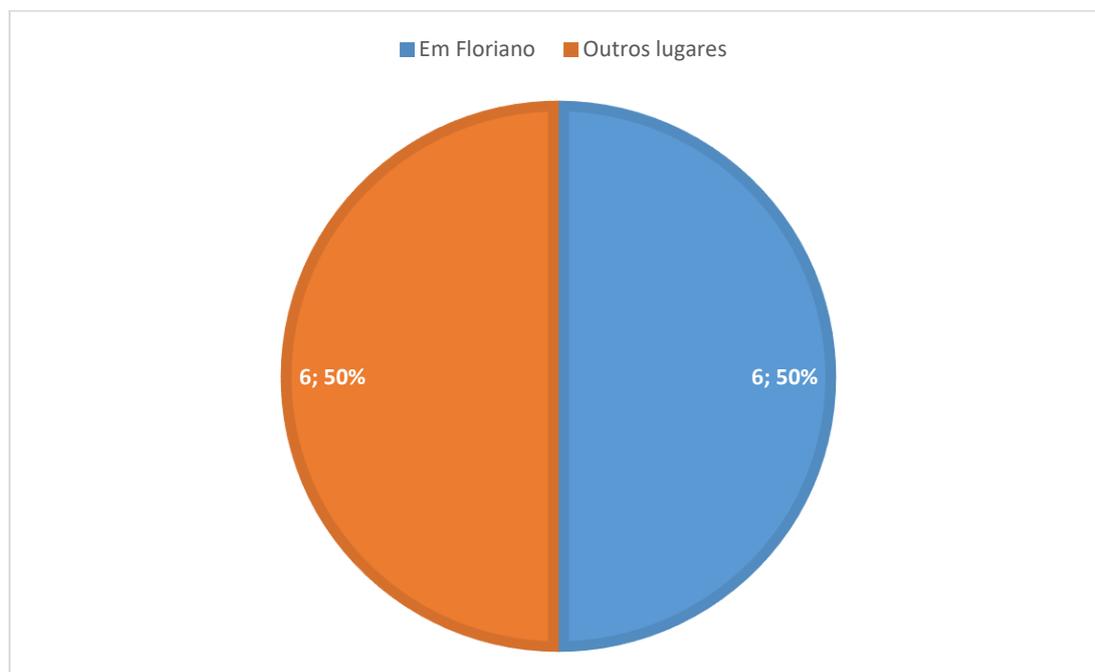
Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Organização: Nunes, L. F., 2019.

O sonho da casa própria é uma questão muito forte na cultura brasileira. Mas ela não se baseia somente na moradia. Para captar o sonho completo desses moradores, foi incrementado a pergunta “Se você pudesse escolher onde morar, onde seria? “. As respostas se dividiram (gráfico 17) e 50% dos moradores responderam que residiriam nos próprios conjuntos, mas gostariam que os mesmos apresentassem mais desenvolvimento. Já os outros 50% manifestaram bairros de Maringá que já residiram como o Alvorada, Ney Braga, Vila Morangureira e até mesmo outras cidades, como Floresta e Curitiba. Essas escolhas podem surgir de vários fatores, motivados por alguma paixão que o indivíduo idealiza do lugar mesmo nunca tendo morado nele.

Uma experiência breve, mas intensa é capaz de anular o passado, de modo que estamos dispostos a abandonar o lar pela terra prometida. Ainda mais curioso é o fato de que as pessoas podem desenvolver uma paixão por um certo tipo de ambiente sem terem tido um contato direto com ele (TUAN, 2013, p. 204)

Gráfico 17: Onde as pessoas morariam se pudessem escolher.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Organização: Nunes, L. F., 2019.

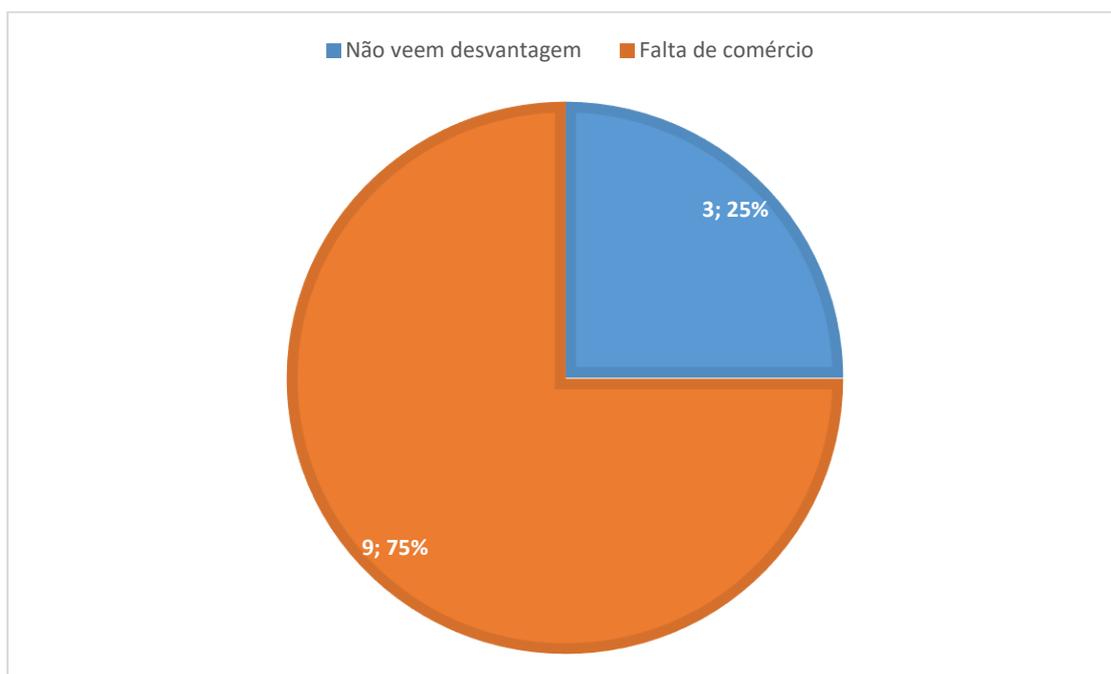
Para Ferrara (1999) a imagem urbana, não se baseia apenas no visual. Ela também deve ser compreendida pelas diversas emoções que são produzidas no dia a dia, pelos moradores, a partir das suas culturas e entendimento das suas vivências, que são consideradas como elementos de informação urbana. O olhar do morador captura tanto questões que lhe agradam como também o que não. E essa observação ainda pode ser constatada pela comunicação com um outro morador que o alertou sobre tal assunto. Essas trocas de informações fazem parte da percepção urbana.

[...] as transformações culturais que o acesso à comunicação de massa provoca, os serviços e equipamentos urbanos disponíveis, as formas associativas decorrentes de uma estrutura social mais complexa. Estas variáveis são fontes de informação, moldam comportamentos, ações, valores, usos, hábitos, crenças e expectativas, ou seja, são fatores de uma percepção urbana que se sabe situada, localizada, sem querer insinuar, com isto, qualquer perspectiva determinista ou positivista no processo de percepção ambiental urbana (FERRARA, 1999, p.72).

Nesse sentido, buscou-se observar fatores que são vistos como desvantagens e vantagens para os moradores em residir no distrito de Floriano. Três mulheres (25%) que já moravam no distrito, disseram não constatar nenhuma desvantagem como retrata o gráfico 18. Entretanto, o restante dos entrevistados (75%) observa desvantagens na questão comercial do distrito, já apontada por eles anteriormente.

“Acho que essa questão comercial mesmo que eu já falei. Aqui é muito bom morar, tranquilo, mas a desvantagem é essa. ” (Moradora 37 anos). Estarem afastados das áreas que contemplam esses equipamentos, acaba trazendo uma percepção urbana de descontentamento aos moradores, todas as vezes que precisam se deslocar do seu lugar quando necessitaram pagar uma conta, consultar um médico ou a fazer compra do mês.

Gráfico 18: Desvantagens percebida pelos moradores.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Organização: Nunes, L. F., 2019.

Já em relação a vantagem, todos os moradores (100%) deixam nítido que o benefício da casa própria é a maior vantagem em residir no distrito de Floriano. “Ah, aqui não paga aluguel né!? (Risos) (Morador, 45 anos). A alternativa por eles encontrada para obter a tão sonhada casa própria através de uma política pública com um financiamento facilitado e que condiz com a renda do morador é sem dúvida o maior interesse do indivíduo. Mesmo sendo necessário abrir mão de outros fatores para isso.

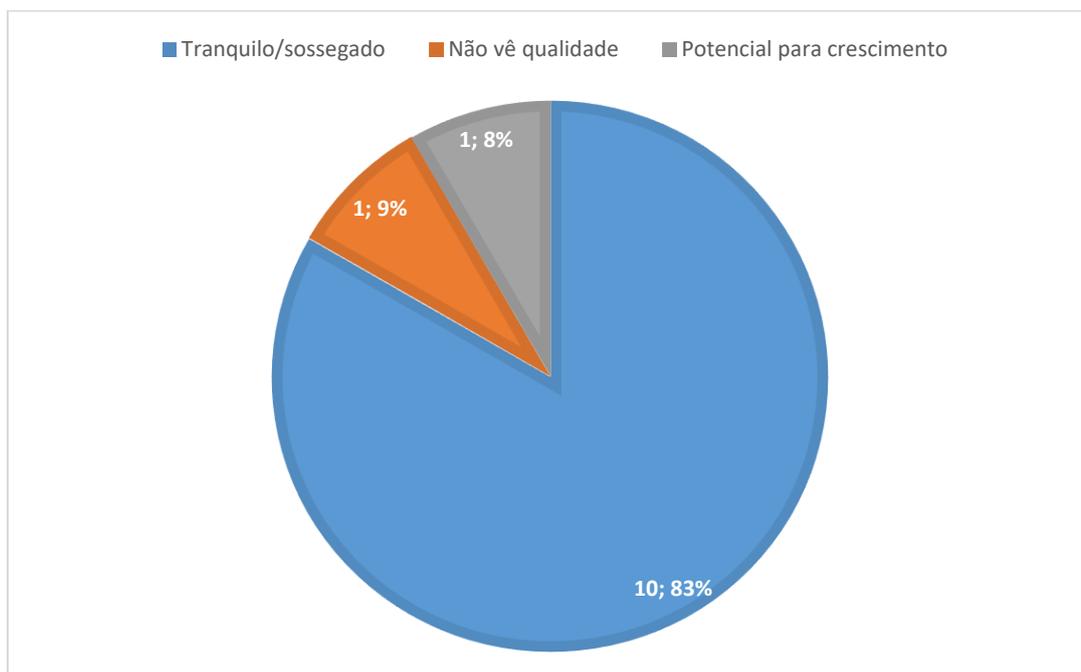
“Por causa que a gente conseguiu a casa. A gente lutou muito por essa casa. Até eu “tava” estudando lá duas vezes por semana. Precisei deixar “pra” vir “pra” cá né. Agora aqui da minha idade não está tendo aula “pra gente” pode aprender um pouquinho” (Moradora, 64 anos).

Além da vantagem, entender quais qualidades os moradores enxergam no seu espaço mostra que, apesar dos problemas encontrados no seu cotidiano, existem atributos que, podem gerar sentimentos de bem-estar no ambiente que vivem. A partir da percepção urbana que esses indivíduos já criam ao longo dos anos que estão residindo nesses conjuntos, sua lugaridade é moldada a cada momento, gerando o reconhecimento do lugar.

Mas “sentir” um lugar leva mais tempo: se faz de experiências, em sua maior parte fugazes e pouco dramáticas, repetidas dia após dia e através dos anos. É uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, com a hora do sol nascer e se pôr, de trabalhar e brincar. Sentir um lugar é registrado pelos nossos músculos e ossos (FERRARA, 1999, p. 203).

O resultado dessa percepção nos moradores teve foco na tranquilidade dos conjuntos. Para dez pessoas (83%) como observado no gráfico 19 o sossego é a maior qualidade adquirida. *“Que qualidade? Ah aqui é tranquilo, aqui é sossegado... só (risos). Não... é, o sossego é o melhor de tudo, acho que nem precisa de mais né!”* (Moradora, 37 anos). Uma moradora (8%) diz não ver qualidade no bairro em que reside e, uma outra moradora destacou identificar no distrito de Florianópolis *“Um potencial para crescimento”* (Moradora, 42 anos) pois, é uma área que comporta indústrias para se desenvolver.

Gráfico 19: Qualidades observadas pelos moradores nos conjuntos.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Organização: Nunes, L. F., 2019.

A casa própria está presente na perspectiva de felicidade do ser humano apresentando diversos significados como o conforto, estabilidade e realização de um sonho, principalmente para os membros da classe mais baixa, que também veem a aquisição do primeiro imóvel como um sinal de “que venceram na vida”. Para Tuan (1980) os objetos e lugares são venerados, pois, significam poder e, esse poder está associado ao indivíduo que o domina. Dessa forma, a aquisição da casa própria retrata ao ser humano a posição de empoderamento sob um certo espaço. Ele, que nunca obteve algo totalmente seu, quando finalmente o têm sente-se realizado.

Ao questionar os entrevistados o que significou ter uma casa, a palavra “tudo” foi a primeira coisa respondida por 58% das pessoas. Todos, a sua maneira, enfatizaram a importância de não precisar mais pagar o aluguel. “Ah, muito bom em! Nossa não ter que pagar aluguel, muito bom né, só nessa parte já é bom demais!” (Moradora, 64 anos); “Tudo né, porque pagar aluguel não é fácil e para quem é mãe solteira...” (Moradora, 37 anos).

A confiança e autoestima da população aumentaram com a sensação de apropriação de bens, pois a casa confirma a identidade do indivíduo perante a sociedade além de apresentarem status e sentimento de pertencimento. Desta forma,

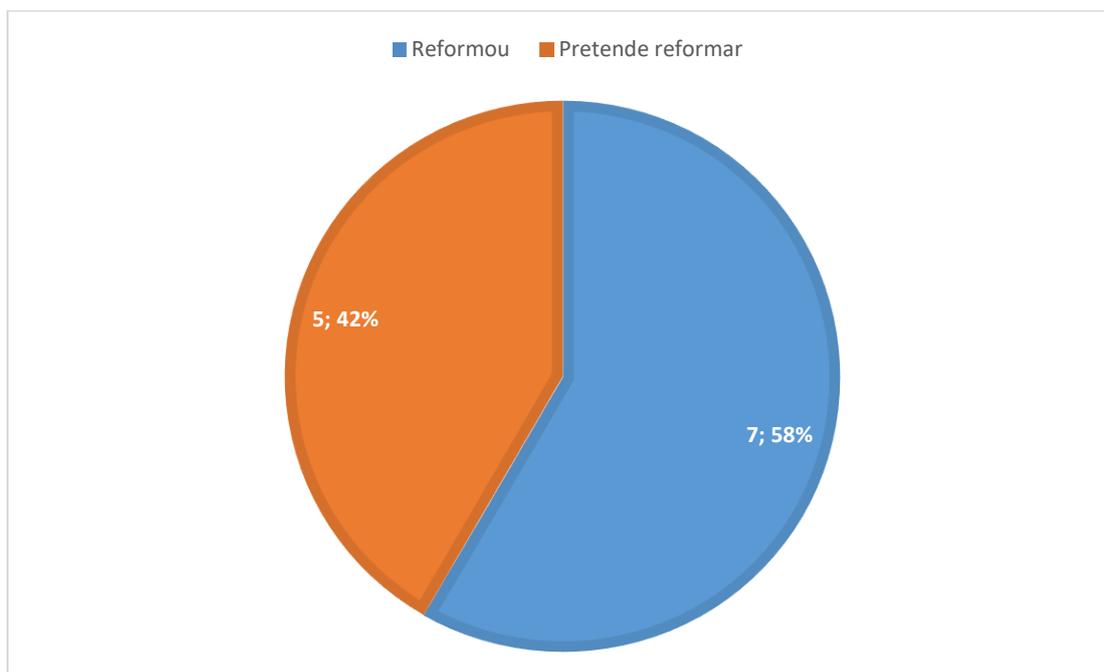
na nossa sociedade, a casa própria adquire significados culturais importantes, ligados à noção de lar, de um espaço próprio e acolhedor.

Entretanto, a configuração dos conjuntos representa uma homogeneidade. As moradias executadas por programas habitacionais como o Minha Casa, Minha Vida são configuradas com um determinado padrão. E, esse modelo de domicílio nem sempre condiz com a quantidade de pessoas que uma família possui, surgindo a necessidade de ampliação. Ou até mesmo por outras questões mais pessoais do próprio morador, como a sua privacidade, a caracterização de um cômodo que trouxesse um maior significado.

No lar, os móveis como uma escrivaninha, uma poltrona, a pia da cozinha, a cadeira de balanço na varanda são pontos ao longo de um complexo caminho de movimento que é seguido dia após dia. Estes pontos são lugares, centros para organizar mundos. Como, um resultado do uso habitual, o próprio caminho adquire uma densidade de significado e uma estabilidade que são traços característicos de lugar. O caminho e as pausas ao longo dele, juntos, constituem um lugar maior – o lar. Embora aceitemos facilmente nosso lar como um lugar, precisamos fazer um esforço extra para reconhecer que dentro de nosso lar existem lugares menores. Nossa atenção se centra na casa porque é uma estrutura nitidamente circunscrita e visualmente proeminente (TUAN, 1980, p. 199).

Como o conjunto mais recente tem quatro anos e o mais velho nove é comum que algumas moradias já tenham sido alteradas em alguma circunstância como foi constatado na primeira sondagem de campo. De acordo com o gráfico 20, entre os moradores entrevistados, sete pessoas (58%) fizeram algum tipo de reforma na casa como muros, portões e edícula, que, nesse caso, possuem outro parente morando na residência. Os outros 42% não fizeram, mas relataram pretender realizar tais modificações quando for viável financeiramente.

Gráfico 20: Pessoas que fizeram ou não reforma na moradia.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Organização: Nunes, L. F., 2019.

Estas questões descritas nas entrevistas pelos moradores retratam, principalmente, os aspectos apontados por Souza (2013) e Tuan (1980) em relação ao seu espaço dotado de significado. Hoje, após no mínimo quatro anos morando nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida, esses moradores relugarizaram-se e criam novos laços de amizades e se adaptaram ao lugar, estabelecendo uma nova lugaridade, mesmo com suas carências. Alguns ainda deixam claro nas falas a saudade das amizades e familiares que permaneceram no bairro anterior, como também a diferença na questão material. Isso demonstra que o sentimento pessoal pelos lugares não muda com o passar dos anos, pois não são medidos em escalas e nem possuem limites geográficos.

Informação não é um dado, mas uma produção que decorre da capacidade de inferir, da e sobre a realidade, novos conhecimentos suficientes para provocar aprendizado e mudança de comportamento. Inferência, aprendizado e mudança de comportamento são os fatores que caracterizam uma informação. Espaço de informação é aquele ambiente físico, social, econômico e cultural que agasalha um tipo de comportamento decorrente de um modo de vida, um modo de produção. Esses comportamentos revelam-se através de uma linguagem que tem como signos usos e hábitos (FERRARA, 1999, p. 151).

Temos, portanto a certeza que é na produção do espaço geográfico, no espaço de convivência com a paisagem e com as pessoas, que se constroem os significados

e valores. As relações afetivas geradas com essa produção, nada mais é do que memórias que as acompanham, para sempre. Independente do lugar que habitam.

CONCLUSÃO

Levando em consideração algumas feições dos conceitos de desigualdade territorial, segregação e lugar, foi possível compreender os efeitos socioespaciais em determinados aspectos do espaço urbano. Essas transformações presentes na realidade social podem ser captadas a partir dos dados levantados por pesquisas já realizadas, como também a partir da percepção das pessoas que vivem essa realidade.

Ainda que esta pesquisa seja apenas uma parcela do processo, se faz necessária contribuir para o conhecimento da realidade urbana de Maringá, à sociedade. Essas análises podem subsidiar tanto o desenvolvimento científico quanto à tomada de decisões políticas, num nível pragmático. Os resultados transcritos na forma de representações gráficas, oferecem aos órgãos públicos ligados às políticas públicas, a possibilidade de pensar a cidadania a partir de uma perspectiva mais ampla e ligada às questões trazidas pela própria comunidade. Sendo necessário incluir a importância do território em conjunto com o lugar e seu significado.

Além disso, num momento de conjuntura política e econômica crítica, trabalhos como esses ajudam a promover o debate sobre os desafios do nosso país, principalmente em questões fundamentais para a consolidação de uma sociedade democrática, mais igualitária e mais justa.

O modo como a cidade de Maringá desde o início vem delimitando o seu planejamento deixa visível ambientes de segregação socioespaciais para aquelas populações consideradas de baixa renda se relate até os dias atuais. O espaço urbano da cidade e sua dinâmica não são projetados de acordo com as condições de vida gerais dos seus habitantes e sim para parcelas específicas. São esses grandes agentes econômicos que fazem da consolidação urbana uma mercadoria funcional. Assim, a especulação imobiliária desses empreendedores acaba sendo responsável pela produção da cidade.

A partir das discussões atribuídas nesta pesquisa, além dos agentes privados, é notável a proporção que uma política pública habitacional como o Programa Minha Casa, Minha Vida tem potencializado processos de segregação socioespaciais, pois sua contribuição se faz em conjunto a essa dinâmica excludente do mercado imobiliário sobre as populações pertencentes aos segmentos de beneficiários em nível social. Vale ressaltar e, não diminuir, a grande importância do programa na vida de

milhões de brasileiros que, somente com o auxílio e existência da política pública, conseguiram adquirir a tão sonhada casa própria e sair do aluguel. Entretanto, existem falhas na sua criação e modo de execução, que precisam ser revistas, para de fato, dar maior enfoque à essa parcela da sociedade.

Os três conjuntos existentes no distrito de Floriano provenientes da produção de habitações de interesse social (PMCMV) mostram-se recorrentes da formação socioespacial do município de Maringá, ou seja, foram configurados de acordo com o mercado imobiliário. O alto valor do terreno na cidade como artifício afasta o indivíduo, amparado pela política pública, para uma área mais rentável e com possível valorização futura. Nesse viés, a cada novo conjunto, estes foram sendo instalados numa mesma área, aglomerados e criando assim um espaço homogêneo. Essa caracterização formula a existência de bairros de acordo com seu valor uso urbano. Nesse caso, esses conjuntos foram edificadas fornecendo o acesso à moradia aos beneficiados, ou seja, o distrito de Floriano recebe 418 novas famílias, mas não recebeu as devidas infraestruturas para suprir as necessidades e a demanda de toda essa população.

Presente na reflexão e crítica desse estudo, a percepção ambiental adquirida pelo morador, delineada pelo seu cotidiano e transcrita na entrevista, apresenta um olhar mais realista na pesquisa. Sua *lugaridade* agora recriada no seu novo lugar consegue enfatizar uma percepção ímpar do ambiente. Percepção essa invisível por algumas políticas, e as vezes, até ignorada em sua concepção, mas que se torna possível ser solucionada a partir de estudos como este que, apontam a necessidade de um planejamento voltado para o direito à cidade de todos os cidadãos e não somente para os interesses do mercado.

A saturação dos dados obtidos na entrevista corresponde a hipótese dos objetivos propostos de que existe uma desigualdade territorial sentida e vivenciada pelos moradores dos conjuntos habitacionais em relação a outros bairros da cidade. Os mesmos apontaram que existe uma necessidade de deslocar-se para outros lugares para terem acesso a determinados equipamentos públicos como escolas, creches e centros de saúde, como também e, principalmente, para questões comerciais e bancárias. Nesse sentido, esses impactos socioespaciais estão diretamente ligados ao modo de efetivação da política habitacional em cidades médias, como o caso de Maringá.

Este fato está relacionado a dinâmica de mercado, pois o distrito configura-se como área adequada a expansão. Esse crescimento teve seu início com a vinda dos conjuntos. Entretanto, ainda existem vários vazios urbanos a espera de valorização até a chegarem em Floriano.

De tal modo, a decorrência da *relugarização* desses grupos de baixa renda pelo PMCMV, especialmente para os distritos do município se dá por uma elaboração socioespacial. Apresenta-se como um processo apropriado e legitimado por lei que configura a predeterminação espacial desses indivíduos gerando assim, a segregação. Tudo isso moldado pelo capital financeiro responsável pela produção e distribuição espacial urbana que constrói uma sociedade hierarquizada e excludente com uma determinada parcela da população.

Ao final desse trabalho, além de chegar as constatações e conclusões apontadas sobre os fatos levantados, também foi verificadas outras questões que abrem possibilidades para novas pesquisas, fim de englobar mais especificamente o nível de desigualdade territorial existe em inúmeras cidades brasileiras. Assim, para compreender algumas dimensões desse processo, a criação de um indicador das desigualdades territoriais enriqueceria o tema abordado. Com o objetivo de contribuir para a discussão crítica das implicações socioespaciais dos programas habitacionais destinados à população de menor renda, essa futura pesquisa ajudaria também na aplicação de políticas públicas nas áreas com carência de equipamentos, por exemplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Z. M. M. B.; SILVA, M. H. G. F. D. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. *Paidéia* (Ribeirão Preto) no.2 Ribeirão Preto Feb./July 1992. **Disponível em:**

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103863X1992000200007#back1. Acesso em 13 de setembro de 2019.

AMORE, C. Minha casa minha vida para iniciantes. In: AMORE, C. S. et al. **Minha casa... e a cidade?:** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 11-28.

ARAÚJO, M. C. **A cidade de Maringá:** a constituição de um espaço urbano planejado e segregado. In: Rodrigues, A. L.; Tonella, C. (org.). Retratos da Região Metropolitana de Maringá: subsídios para a elaboração de políticas públicas participativas. Maringá: Eduem, 2010, p. 165-191.

BRASIL. Estatuto da Cidade (2001). **Estatuto da Cidade:** Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. 273 p. – Série fonte de referência. Legislação; n. 40.

_____. **Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS.** Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CapacitaSuas Volume 1** Brasília, DF, 2008

_____. **Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida.** Brasília, DF: MCIDADES; SNH; SAE-PR; IPEA, 2014.

BERTIN, J. **A Neográfica e o tratamento gráfico da informação.** Curitiba. Editora da Universidade Federal do Paraná, 1986.

BONDUKI N. G. Origens da Habitação Social no Brasil. **Tese de Doutorado.** FAU-USP, 1994.

BOULOS, G. Entrevista na Revista Fórum. 23 de junho de 2014. **Disponível em:** <<https://www.revistaforum.com.br/guilherme-boulos-nossa-cor-e-cor-vermelha/>>. Acesso em: 23 de outubro de 2018.

CASTRO, I. O problema da Escala. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. da C; CORREA, R. L. **Geografia:** conceitos e temas. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 141-162.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Atica, 2004.

DEMO, P. **Pobreza política.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

FAO; IFAD; WFP. **The State of Food Insecurity in the World 2015**. FAO: Rome, 2015.

FERRARA, L. D. A.; Olhar Periférico: Informação, Linguagem, Percepção Ambiental. 2ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FLEURY E SILVA, B.; SILVA, R. D. A produção de moradia entre 2000 e 2013 e o impacto na organização socioespacial do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu. In: RODRIGUES, A. (org). **Maringá: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 268-306.

GALVÃO, A. A. Condomínios horizontais fechados em Maringá: A nova forma de aprofundamento da segregação socioespacial. In: ROGRIGUES, A. L.; TONELLA, C. (Orgs.) **Retratos da Região Metropolitana de Maringá: subsídios para a elaboração de políticas públicas participativas**. Eduem, 2010. p. 193 – 220.

HARVEY, D. **Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

_____. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

LINDO, P. V. de F. **Geografia e política de assistência social: territórios escalas e representações cartográficas para políticas públicas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

LUZ, F. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. Maringá: Prefeitura Municipal, 1980.

MARICATO, E.; Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. 3ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MARINGÁ (PR). Prefeitura. 2013. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br>. Acesso em: maio 2018.

MASCIA, E. L. Habitação no Brasil Atual - Construção de uma política de Estado? In: **XIV Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro, maio de 2011.

MASON, M Sample Size and Saturation in PhD Studies Using Qualitative Interviews. FQS. Volume 11, Nº 3, Art. 8 – September 2010.

MEDEIROS, S. R. F. Q. de. BNH: outras perspectivas. 2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Artigos%20REVISADOS/BNH,%20outra%20pespectiva.pdf>. Acesso em: abril 2020.

MELAZZO, E. S. Políticas públicas: conhecimento e intervenção no espaço urbano. In: MELAZZO, E. S.; GUIMARÃES, R. B. (Orgs.) **Exclusão social em cidades brasileiras: um desafio para as políticas públicas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

NEVES, F. H. Planejamento de equipamentos urbanos comunitários de educação: algumas reflexões. In: Cad. Metrop., São Paulo, v. 17, n. 34, pp. 503-516, nov 2015.

NEGRI, S. M. **Segregação socioespacial**: Alguns Conceitos e Análises. Coletâneas do Nosso Tempo, 2008.

_____. **De volta ao país do futuro**: projeções, crise europeia e nova classe média. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2012

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. *La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa*. Bilbao, Universidad de deusto, 1989.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de desenvolvimento humano de 2014**. New York: PNUD, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. Secretaria de Planejamento Urbano. Plano Local de Interesse Social de Maringá. 2010. **Disponível em**: <http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/f4137b19bb56.pdf>. Acesso em 21 de maio de 2018.

RAMOS, F. A produção de habitações de interesse social em Maringá. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá, Maringá 2015.

REIS, J. S. Realojamento da pobreza: interface da segregação socioespacial na produção da cidade de Maringá à luz conceitual marxista do valor-de-troca. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Maringá 2017.

RODRIGUES, A. L. A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá. **Tese de doutorado**. São Paulo: PUC, 2004

_____. A Ocupação Urbana da Região Metropolitana de Maringá: uma história de segregação. In: Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.108, p.61-86, jan./jun. 2005.

RODRIGUES, A. L.; TONELLA, C. (Orgs.) **Retratos da Região Metropolitana de Maringá**: subsídios para a elaboração de políticas públicas participativas. Eduem, 2010.

ROYER, L. O. Financeirização da política habitacional. Limites e perspectivas. **Tese de doutorado**, São Paulo, USP, Faculdade de Arquitetura e urbanismo, 2009.

SANTOS, M. **Metrópole Corporativa Fragmentada**. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. O papel ativo da geografia: um manifesto. In: **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 103-109, jul./dez. 2000.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. 3ªed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013

SILVEIRA, M. L. Situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, v. 4, n. 6, jan./jun. de 1999, p. 21-28.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, M. E. B. ELIAS, D; SOARES, B. R. **Agentes econômicos e reestruturação Urbana e regional: Passo fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STIGLITZ, J. E. **O preço da desigualdade**. Lisboa: Bertrand Editora, 2016.

TUAN, YU-FU. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Eduel, 2013.

ANEXO A

Questionário

Identificação do entrevistado/família

Sexo: () Masculino () Feminino

Idade:

Está trabalhando? () Sim () Não

Se sim, onde? () No bairro () Fora do bairro

Tem filhos na casa? () Sim () Não Idades: _____

1. Onde você morava antes de vir para o Floriano?
2. Quanto tempo você morou no seu bairro de origem?
3. Você sente falta do seu antigo bairro? Por quê?
4. Você ainda frequente seu antigo bairro?
5. Na sua avaliação há diferenças entre o seu antigo bairro e o atual?
6. Que lugares você mais frequenta no bairro?
 () Igreja () Praça () Horta Comunitária () centro poliesportivo ()
 () Outros _____
7. Com que frequência?
 () Diariamente () semanalmente () mensalmente
8. Em sua opinião, o que faz falta no dia a dia dos moradores?
 () Praça () Centro de Saúde () Comércio () Escola () Creches
 () Outros _____
9. O seu antigo bairro era mais bem servido de infraestrutura pública e comércio?
10. Você sentiu muita diferença quando se mudou para cá? Se Sim, em quê?
11. Com que frequência costuma conversar com os vizinhos?
12. Onde costuma encontrar com os vizinhos para conversar?
13. Você acha que pode contar com eles se precisar?
14. Você ainda mantém contato com os moradores/vizinhos do seu antigo bairro?
 Motivo?
15. De que maneira? () Pessoalmente () Whatsapp () telefone
 () outros _____ Motivo?
16. Se você pudesse escolher onde morar, onde seria?
17. Qual foi a principal vantagem na sua mudança para o bairro?

18. Qual foi a principal desvantagem na sua mudança para o bairro?
19. Quais são as principais qualidades que você vê no seu bairro atual?
20. Fez ou pretende fazer melhorias/reformas no imóvel? Motivo?
21. O que significou para você ter uma casa?

QUADRO DE AVALIAÇÃO COMPARATIVA

	NOTAS (0 a 10)	
	Antigo Bairro	Bairro atual
CRAS		
Creche		
Escola		
Serviço de Saúde		
Distâncias (trabalho, escola, creche, etc.)		
Áreas de Lazer (praças, campos, parques, etc.).		
Comércio		
Arborização		
Segurança		
Coleta de Lixo		
Transporte		
Igrejas		

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada “O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL NO DISTRITO FLORIANO EM MARINGÁ/PR”., que faz parte do curso de Pós-Graduação em Geografia (PGE) e é orientado pelo prof. Dr. Fernando Luiz de Paula Santil que é docente no PGE da Universidade Estadual de Maringá. O objetivo da pesquisa é identificar os efeitos das relações sociais no espaço urbano de Maringá que afetam o Distrito de Floriano, bem como entender como se dá a vivência do morador perante ao bairro em que reside. **Para isto a sua participação é muito importante, e ela se daria da seguinte forma:** responder um questionário com 21 perguntas sobre seu cotidiano, a infraestrutura do seu bairro e do bairro que morava antes. **Informamos que poderão ocorrer os riscos psicológicos/desconfortos a seguir**, como invasão de privacidade; responder questões pessoais revelando pensamentos e sentimentos que possam produzir estados negativos no indivíduo como medo, raiva, ansiedade, saudade, etc; tomar um certo tempo do morador entrevistado para responder o questionário; os participantes se sentirem ameaçados ou estressados como resultado do seu envolvimento na pesquisa.

Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Os benefícios esperados são Conforme a Resolução CNS 510/2016, “[...] contribuições atuais ou potenciais da pesquisa para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado;” ou seja, ao tornar-se público, ainda que esta pesquisa seja apenas uma parcela do enredo, se faz necessária para a contribuição ao conhecimento da realidade urbana de Maringá, à sociedade. Essas análises podem subsidiar tanto o desenvolvimento científico quanto

à tomada de decisões políticas. Os resultados obtidos oferecerão a órgãos públicos ligados às políticas públicas, a possibilidade de pensar a cidadania a partir de uma perspectiva mais ampla e ligada a questões trazidas pela própria comunidade. **Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.**

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você, como participante ou responsável pelo participante de pesquisa) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu, (nome por extenso do participante de pesquisa) declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar **VOLUNTARIAMENTE** da pesquisa coordenada pelo Prof.....(nome do pesquisador responsável).

_____ Data:

Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu,(nome do pesquisador ou do membro da equipe que aplicou o TCLE), declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

_____ Data:

Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Nome: Livia Fiorillo Nunes

Endereço: Rua Professor Lauro Eduardo Werneck n 1023

(Telefone/e-mail) (44) 998681154 / lih.fiorillo@gmail.com

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM

Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. UEM-PPG-sala 4.

CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3011-4444

E-mail: copep@uem.br